CARLOS ZAMBERLAN

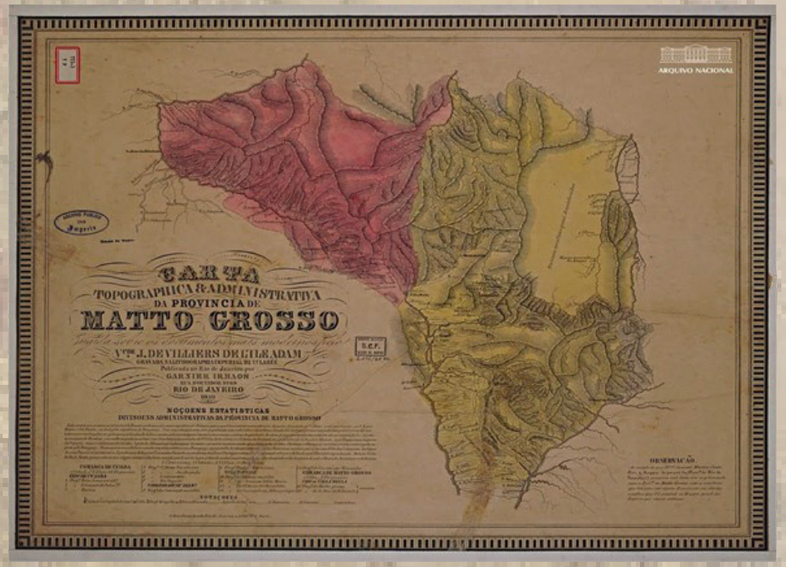
Doutor em Economia do Desenvolvimento (UFGRS). Professor titular da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS/UEMS). Experiência na área de Administração, com ênfase em Administração de Recursos Humanos.

A finalidade desta obra historiográfica, que está dividida em dois ensaios, é de apresentar um estudo dos fatores conflitantes de limites de fronteiras anteriores e posteriores a Guerra Guaçu: O primeiro ensaio realiza descrição com base teórica das causas geradoras, estimulada por uma interpretação territorial e de relações internacionais, para a revisão utilizaram-se as referências bibliográficas tradicionais, revisionistas e a neo-revisionistas existentes para compreensão dos avanços territoriais, na questão política de reassumir e permanecer, que se notabiliza no pós-guerra com as novas demarcações de limites de fronteira. O segundo ensaio inicia com interpelação das instituições e organizações sobre a concepção das dinâmicas territoriais, faz abordagem das problemáticas posteriores e os impactos no desenvolvimento sócio, histórico e cultural no âmbito regional, mediante levantamento, através de pesquisa de campo e meios digitais, com aplicação de questionário, que permitiu examinar por método descritivo e expositivo qualitativo, a percepção dos docentes da região fronteiriça do ensino básico e superior, essencialmente de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY), por meio das análises empíricas e embasamento teórico.

GUERRA GUAÇU – CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

GUERRA GUAÇU

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS



YHULDS GIOVANI PEREIRA BUENO

CARLOS OTÁVIO ZAMBERLAN

IPES

YHULDS BUENO

Mestre em Desenvolvimento Regional (PPGDRS/UEMS), palestrante, pesquisador e escritor, com atuação na área educacional desde 1993, sendo servidor efetivo da Rede Municipal de Ensino de Ponta Porã desde 1998. Possui formação acadêmica em Educação Física, Pedagogia e licenciatura em História.

YHULDS GIOVANI PEREIRA BUENO

CARLOS OTÁVIO ZAMBERLAN

GUERRA GUAÇU
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

1ª Edição

Editora Ipes

2025

Instituto Ipes

Cnpj: 35.301.671/0001-77

Equipe Editorial:

Albertino Fachin Dias - Presidente do Instituto IPES

Fabricio Antonio Deffacci - Diretor Editorial

Carlos Otávio Zamberlan - Editor Chefe

Helena Pereira - Revisora Editorial

Contato:

WhatsApp: (67) 999179-2965

E-mails: contato@editoraipes.com.br; editoraipes@gmail.com

Endereço: Rua General Câmara, 527, Sala 02, Amambai/MS

Site: https://editoraipes.com.br/

Instagram: https://www.instagram.com/editoraipesoficial/

Projeto Gráfico:

Editora Ipes

© Copyright dos autores

Todos os direitos reservados. Qualquer parte dessa obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos dos autores.

Diagramação

Tuanes Dutra Dias e Sofia Novais Deffacci

Arte da capa

Tuanes Dutra Dias e Mirela Vitória Novais Deffacci

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bueno, Yhulds Giovani Pereira
Guerra Guaçu : causas e consequências / Yhulds Giovani Pereira Bueno, Carlos Otávio Zamberlan. -- 1. ed. -- Amambai, MS : Editora Ipes, 2025.

Bibliografia.
ISBN 978-65-982438-7-6

1. Ensaios 2. Brasil - História - Guerra do Paraguai, 1864-1870 3. Guerra do Paraguai, 1864-1870 - Historiografia 4. Paraguai - Condições sociais I. Zamberlan, Carlos Otávio. II. Título.

25-294559.0 CDD-989.205

Índices para catálogo sistemático:

1. Guerra do Paraguai, 1864-1870 : Paraguai : História 989.205

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Conselho Editorial

Alexandre Assis Tomporoski – Dr. História (UFSC)
Ailton de Souza – Dr. Ciência Política (UNICAMP)
Carlos Buesa Buson – Dr. Comunicação e Educação (UNED/EEES)
Carlos Eduardo França – Dr. Sociologia (UNESP/Marilia)
Carlos Otávio Zamberlan – Dr. Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Cinval Filho dos Reis – Dr. Educação (UFU)
Cláudia Maria Sonaglio – Dra. Economia Aplicada (UFV)
Dores Cristina Grechi – Dra. Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Eliana Lamberti – Dra. Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Eliotério Fachin Dias – Dr. Direito (USP)
Elson Luiz de Araujo – Dr. Educação (UNICAMP)
Fabricio Antonio Deffacci – Dr. Ciências Sociais (UNESP)
Fabricio José Missio – Dr. Economia (UFMG)
Francis Régis Barbosa – Dr. Desenvolvimento Regional (UNIOESTE)
Giovane Silveira da Silveira – Dr. Geografia (UFMS)
Herbert Gomes Martins – Dr. Ciências e Engenharia de Produção (UFRJ)
Jandir Ferrera de Lima – Dr. Desenvolvimento Regional (Québec/UQAC)
Jonattan Rodriguez Castelli – Dr. Economia (UFRGS)
José Antônio de Souza – Dr. Letras (UEL)
Leandro Marciano Marra – Dr. Ciência do Solo (UFLA)
Luciléia Aparecida Colombo – Dra. Ciência Política (UFSCar)
Marcelo Fetz de Almeida – Dr. Sociologia (UNICAMP)
Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues – Dra. História Social (USP)
Moisés Centenaro – Dr. Administração (UNISINOS)
Omar Jorge Sabbag – Dr. Geografia (UNESP)
Oz Solon Chovghi Iazdi – Dr. Ciências Econômicas (UNICAMP)
Paulo Fernando Jurado da Silva – Dr. Geografia (UNESP)
Pery Francisco Assis Shikida – Dr. Economia Aplicada (ESALQ/USP)
Rafael Fernando Hack – Dr. Filosofia (UFSCar)
Rogério da Palma – Dr. Sociologia (UFSCar)
Rosele Marques Vieira – Dra. Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Rosenery Loureiro Lourenço – Dra. Ciências Contábeis (UFRJ)
Victor Azambuja Gama – Dr. Economia Aplicada (ESALQ/USP)

Agradecimentos

Abro esta seção de agradecimentos recorrendo a uma reflexão filosófica inspirada nas ideias de Clóvis de Barros Filho, cuja abordagem sobre a natureza efêmera da felicidade oferece uma perspectiva pertinente à trajetória acadêmica vivenciada: a felicidade não se configura como um estado permanente, mas sim como a sucessão de instantes significativos que aspiramos prolongar. O ingresso e a trajetória no mestrado representam um desses momentos únicos, intensos e transformadores marcados por desafios, superações e pela busca contínua do conhecimento, que culmina na realização pessoal e acadêmica.

Nesse contexto, expresso minha sincera gratidão aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS/UEMS), bem como aos colegas da turma 2017/2019, pelos valiosos momentos de convivência, aprendizado e troca intelectual.

Agradeço, de forma especial, à minha família, alicerce fundamental nesta jornada. Ao meu pai, Adão Bueno, à minha mãe, Vergínia Cuevas Pereira, e ao meu filho Felipe G. A. Bueno (in memoriam), minha eterna reverência por tudo que compartilhamos nesta vida. À minha filha Naara L. A. Bueno, meu carinho e amor de pai. À minha filha caçula, Diovanna Moreno Bueno, cuja presença é fonte constante de motivação e força. E à minha esposa, Andréia Natalia D. Moreno, minha companheira incansável, cuja dedicação, paciência, sabedoria e amor foram essenciais para a concretização deste projeto acadêmico.

Se todo o esforço empreendido entre estudos, pesquisas e reflexões terá valido a pena, somente o tempo poderá revelar. Contudo, a conquista do título de mestre já representa, por si só, um instante de felicidade e plenitude.

Professror Mestre.Yhulds Giovani Pereira Bueno

Sigam-me os que forem brasileiros

Duque de Caxias

Apresentação

Guerra Guaçu: Causas e Consequências constituem mais do que uma obra historiográfica trata-se de um convite à reflexão crítica sobre um dos conflitos mais emblemáticos e complexos da história sul-americana. O confronto envolveu quatro grandes nações do continente e deixou marcas profundas que ainda reverberam nas estruturas geopolíticas, econômicas e territoriais da região do Prata.

Estruturado em dois ensaios complementares, o livro propõe uma jornada investigativa e analítica. Na primeira parte, o leitor é conduzido pelas múltiplas camadas da historiografia da guerra: das narrativas tradicionais que moldaram o imaginário coletivo, passando pelas interpretações revisionistas, até alcançar novas abordagens que desafiam os paradigmas estabelecidos. São examinadas as causas prováveis do conflito disputas por hegemonia regional, interesses econômicos, estratégias de dominação territorial e os jogos de poder que transformaram a região do Grande Mato Grosso, então denominada província, em palco de uma guerra devastadora.

Na segunda parte, o foco recai sobre as consequências duradouras do conflito. A quase extinção do Paraguai como potência regional, as disputas por porções territoriais, o papel ambíguo do Uruguai e da Argentina, bem como os reflexos econômicos que ainda influenciam as relações entre os países envolvidos, são analisados com profundidade. Fundamentado em pesquisas teóricas e em trabalho de campo, o autor busca não apenas compreender os eventos históricos, mas também fomentar o debate sobre os problemas que persistem até os dias atuais e que impactam diretamente as novas gerações.

Esta obra representa um esforço de memória, análise e crítica. Ao revisitar a Guerra Guaçu com olhar atento, plural e rigoroso, oferece ao leitor instrumentos para compreender como os conflitos do passado moldam o presente e desafiam o futuro. Que esta leitura inspire o diálogo, a pesquisa e a construção de uma consciência histórica mais justa, reflexiva e comprometida com a verdade.

Lista de Figuras

Figura 1 - Carta topográfica e Administrativa da Província de Mato Grosso.....45

Figura 2 - Carta topográfica e administrativa da Província de Mato Grosso 1850.....46

Figura 3 - Mapa do Brasil e Paraguai de 1828.....48

Figura 4 - Mapa do Brasil de 1892.....49

Figura 5 - Extremo sul da província de Mato Grosso em 1828.....50

Figura 6 - Extremo sul da província de Mato Grosso em 1892.....50

Figura 7 - Mapa Físico de Mato Grosso do Sul.....52

Figura 8 - Região Sul/MS.....52

Figura 9 - Nuvem de palavras mais citadas nas respostas.....84

Lista de Quadros

Quadro 1 - Impactos da Guerra Guaçu.....88

Quadro 2 Cultura pós-guerra.....90

Quadro 3 - Mágoas entre povos.....92

Quadro 4 – Território.....94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11

1. PRIMEIRO ENSAIO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.....17

1.1. Introdução do primeiro ensaio.....17

1.2. A Guerra Guaçu e a historiografia brasileira.....19

1.3. Limites territoriais da américa espanhola.....35

1.3.1. Tratado de Madri.....35

1.3.2. Tratado de Santo Ildefonso.....37

1.4. Considerações finais sobre o primeiro ensaio.....56

1.5. Referências bibliográficas do primeiro ensaio.....60

2. SEGUNDO ENSAIO: ESTUDO NO TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO DE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO.....65

2.1. Introdução do segundo ensaio.....66

2.2. Instituições e desenvolvimento.....67

2.3. Dinâmicas territoriais.....73

2.4. Impactos da Guerra Guaçu no desenvolvimento do território.....83

2.5. Análises e discussões.....95

2.6. Considerações finais sobre o segundo ensaio.....99

2.7. Referências bibliográficas do segundo ensaio.....101

CONCLUSÃO.....107

INTRODUÇÃO

A finalidade desta obra historiográfica, que está dividida em dois ensaios, é de apresentar um estudo dos fatores conflitantes de limites de fronteiras anteriores e posteriores a Guerra Guaçu: O primeiro ensaio realiza descrição com base teórica das causas geradoras, estimulada por uma interpretação territorial e de relações internacionais, para a revisão utilizaram-se as referências bibliográficas tradicionais, revisionistas e a neo-revisionistas existentes para compreensão dos avanços territoriais, na questão política de reassumir e permanecer, que se notabiliza no pós-guerra com as novas demarcações de limites de fronteira. O segundo ensaio inicia com interpelação das instituições e organizações sobre a concepção das dinâmicas territoriais, faz abordagem das problemáticas posteriores e os impactos no desenvolvimento sócio, histórico e cultural no âmbito regional, mediante levantamento, através de pesquisa de campo e meios digitais, com aplicação de questionário, que permitiu examinar por método descritivo e expositivo qualitativo, a percepção dos docentes da região fronteiriça do ensino básico e superior, essencialmente de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY), por meio das análises empíricas e embasamento teórico.

A Guerra Guaçu[1] ocorreu no século XIX de 1864 a 1870 envolvendo nações sul- americanas sendo estas: Brasil, Argentina e Uruguai confrontando o Paraguai. Para quebrar o estereótipo que está envolta ao conflito denominado de Guerra do Paraguai, que por sua vez culpa exclusivamente o Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança que seguiu produzindo heróis entre os vencedores, ao utilizar a denominação de Guerra Guaçu. Nessa

[1] Significado de Guaçu adjetivo [Brasil] Palavra tupi-guarani que integra muitos vocábulos brasileiros, com sentido de “grande”. (Sin.: açu.) (Antôn.: mirim.). Fonte: https://www.dicio.com.br/guacu/ acesso 18 de Abril de 2020

perspectiva, esta pesquisa busca não somente romper com a interpretação que foram fundamentadas no pós- guerra por diferentes correntes historiográficas, mas sim uma nova interpretação dos fatos que antecederam o maior conflito sul-americano no século XIX.

As suas causas e seu desenrolar possuem diversas concepções como ocorre com qualquer fato ou evidência histórica. Sim, existem interpretações diferentes, formas de análise do passado que permitem uma revisão dos acontecimentos com base em novos fatos e evidências e a Guerra Guaçu é um desses momentos históricos que podem ser revistos, o que vem acontecendo ao longo do tempo, como no caso da historiografia Brasileira.

Cada momento histórico apresenta suas interpretações e muito reflexo da evolução do conhecimento e do contexto de cada época. Este estudo está dividido em dois ensaios onde o primeiro busca fazer uma análise da historiografia brasileira onde a guerra é relatada, mas para isso, discutem-se alguns pontos que caracterizam os conflitos da América portuguesa e espanhola, antes do fato, para subsidiar as considerações que são abordadas. No segundo ensaio é feito um estudo atual com os professores da rede pública de ensino, que vivenciam o contexto da fronteira Brasil Paraguai, na cidades gêmeas de Ponta Porã, no estado Brasileiro de Mato Grosso do Sul, com a cidade de Pedro Juan Caballero, do departamento de Amambay no Paraguai, onde se busca a percepção dos docentes Brasileiros e Paraguaios sobre o conflito e seus efeitos no desenvolvimento da Região.

Com o intuito de compreender os eventos históricos em relação à Guerra Guaçu, fez- se necessário produzir uma investigação através da bibliografia existente por meio de estudo científico e de campo. De acordo com a argumentação de Roiz (2011, p. 145) “analogicamente a história não traz a luz da verdade”. Partindo desse contexto, a história é então composta de diversos fragmentos que

são agrupados mediantes os escritos, que por sua vez tornam-se descritos e interpretados para serem traduzidos. O que o autor busca salientar que a história é “viva” e se transforma à medida que a realidade é resinificada com base em novas interpretações do passado.

Ao tratar da Guerra Guaçu Roiz (2011, p. 145) salienta que, as informações até então desconhecidas advêm “por suas tensões entre fatos e ficções, verdade e imaginação, objetividade e subjetividade, fontes documentais e as retóricas do discurso”. Isso possibilita identificar esse momento histórico com a interpretação mediante as narrativas bibliográficas existentes e suas várias vertentes dos países envolvidos na Guerra Guaçu sendo estes: Brasil, Argentina e Uruguai que formalizaram a Tríplice Aliança neste período contra o Paraguai.

Thompson (1968, p. 15 a 17) promove o debate em relação à história envolvendo disputas sobre os limites territoriais da América, que tem início “nos primeiros dias em que se defrontaram na Sul-América, portugueses e espanhóis”. A partir dessa literatura, percebe-se a disputa entre os dois impérios, Portugal e Espanha fixados no continente europeu, que partiram em busca de novos domínios para fortalecer seu poder político e mercadológico, vastamente descrito dentro da historiografia.

Por meio dos registros documentais e bibliográficos, Thompson (1968, 17 a 26) textualiza sobre as divergências de interesses que seria ponto de discórdia na questão de limites territoriais envolvendo a navegação, política mercadológica e a legitimação de fronteiras, principalmente nas colônias existentes no Novo Mundo da América do Sul, com seu ápice no século XIX com os confrontos entre Brasil e Paraguai ex-colônias, prosseguindo com os atritos seculares, “herança dos seus colonizadores europeus, para eclodir com a Guerra Guaçu de 1964 a 1970 entre as duas nações” (THOMPSON, 1968, p. 17 a 26).

Após a Guerra Guaçu apresentam-se períodos de construção histórica onde estas concepções, representativas apresentam pensamentos característicos da época que foram construídas, do contexto e da concepção dos historiadores (vencedores e vencidos), e também do reflexo da evolução do conhecimento. Assim, este estudo busca fazer uma análise deste momento inamovível da história brasileira onde a guerra é descrita. Nesse tocante é relevante entender quais os elementos que convergem e divergem nas diversas concepções historiográficas acerca da Guerra Guaçu e que interpretações podem ser revisadas ou mesmo que luz pode ser colocada sobre os fatos e evidências que surgem por meio de novos olhares diante do contexto que viveu, principalmente, a região do Prata, e seus efeitos atuais na população residente e no desenvolvimento do território.

Diante disso, o presente estudo busca discutir pontos que caracterizam os conflitos da América portuguesa e espanhola, antes do fato propriamente dito, ou seja, a Guerra Guaçu, para subsidiar a elaboração das considerações acerca dela. Em um segundo momento, busca-se relacionar a investigação mediante um estudo contemporâneo com professores da rede pública de ensino, moradores da fronteira Brasil Paraguai, com o intuito de verificar suas considerações sobre o conflito, às percepções dos habitantes locais e os efeitos no que se relaciona ao convívio e o desenvolvimento na região.

Os procedimentos metodológicos foram baseados em levantamentos bibliográficos e documental para o primeiro ensaio e em análise de conteúdo para o segundo ensaio. A análise de conteúdo se baseou na interpretação de respostas para questões geradoras de narrativa, que passaram por tratamento no software NVIVO 11 Plus.

Então o estudo tem base em uma análise documental e bibliográfica onde se utilizou as referências existentes na bibliografia acadêmica que descreve a Guerra Guaçu e para

obter dados sobre a percepção da guerra na atualidade na região de fronteira, foi elaborado um questionário enviado aos profissionais envolvidos com ensino básico e superior da região buscando destacar quais os impactos regionais percebidos. Por se tratar de um trabalho científico, o mesmo irá apresentar em sua estrutura descritiva, dividida em (2) dois ensaios, compostos por capítulos, textualizando a história dos fatores geradores que antecederam a Guerra.

Primeiro ensaio: Trata-se de uma abordagem contextualizando a teoria da história da Guerra Guaçu, as origens precursoras do conflito por meio das políticas platinas como os acordos e desacordos dos limites territoriais e de navegações entre Portugal e Espanha, utilizados com base de estudos a bibliografia existente que discorreram pós-guerra com viés nas publicações acadêmicas, sobre as causas motivadoras e geradoras que antecederam a Guerra Guaçu, finalizando com as considerações finais e as referencias bibliográficas utilizados no primeiro ensaio.

Segundo ensaio: Iniciará com as análises historiográficas, das Instituições e organizações sobre as dinâmicas territoriais, economia neoclássica e desenvolvimento econômico realizando a discussão teórica, sobre a Guerra Guaçu. Discorrerá através do estudo, com auxilio das respostas do questionário sobre o assunto, divulgado, por meio docs google.com, observando a leitura do fronteiriço sobre as causas e consequências da Guerra, através da sua percepção, finalizando com as considerações e as referencias bibliográficas utilizadas no segundo ensaio.

Para obter o resultado esperado, foi elaborada uma análise de conteúdo onde se criou uma categoria composta, por três subcategorias, em tabelas expositivas: A categoria (1) um trata das consequências que a guerra trouxe na visão dos entrevistados, as (3) três outras subcategorias estão associadas à categoria principal, mas busca-se detalhar determinadas consequências a partir das próprias

transcrições. Portanto, as categorias são empíricas, tiveram origens das respostas dos entrevistados ao questionamento levantado sobre as causas da guerra dentro do contexto atual. Por meio das análises das respostas do questionário contextualizado, mediante a visão do profissional de educação sobre sua percepção da guerra no desenvolvimento regional. A conclusão deste ensaio discorre sobre sua analogia histórica, teóricas e didáticas na atualidade, proporcionando uma imersão historiográfica, com um olhar nos acontecimentos anteriores, posteriores e atuais que impactaram o desenvolvimento sócio, histórico na região de fronteira.

Por fim, são traçadas considerações buscando unir os dois momentos, ou seja, o ensaio teórico inicial, que trata dos diversos momentos historiográficos, com o segundo ensaio, que versa sobre uma descrição da concepção atual do educador residente na fronteira.

1. PRIMEIRO ENSAIO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

O primeiro ensaio aborda a Guerra Guaçu dentro da historiografia brasileira os limites do território da América espanhola, motivo de disputas e desavenças entre as duas coroas ibéricas. Faz-se uma análise dos momentos registrados na história brasileira que tratam sobre a Guerra Guaçu e dos dois principais acordos políticos sendo estes o Tratado de Madri e Tratado de Santo Ildefonso tendo como base um levantamento bibliográfico discorrendo através de um ensaio expositivo utilizando a historiografia e cartografia para esclarecer os pontos conflitantes dentro dos limites de fronteiras da geopolítica e navegações, que se tornaram geradores dos eventos que antecederam o conflito sul-americano que envolveu quatro nações da Banda Oriental. Finalizando percebe-se que a Guerra Guaçu não pode ser associada à invasão do território brasileiro pelo Paraguai, como abordado por parte da historiografia brasileira, nem ser atribuída à Inglaterra sua principal causa, mas também não é possível eximir sua participação, como feito pelas últimas abordagens histórica sobre o conflito, conhecida como pós-revisionista.

1.1. Introdução do primeiro ensaio

O maior conflito armado da América do Sul foi a Guerra contra o Paraguai, conhecida no Brasil como Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança, chamada no país guarani, como Guerra Grande ou Guaçu (Guassu). Suas causas dentro da historiografia brasileira são discutidas de formas distintas em cada período histórico, primeiramente se ateve aos problemas territoriais, a demarcação de limites e a navegação no Rio Paraguai.

As terras ocupadas por brasileiros foram consideradas invadidas pelo ditador paraguaio e os motivos da guerra rondam essa abordagem. Posteriormente, no revisionismo, há uma atribuição de culpa pela Guerra ao Imperialismo Inglês, que interveio nas Américas atuando de forma a manipular Brasil, Argentina e Uruguai a destruir o Paraguai, que estava em um processo de desenvolvimento, principalmente manufatureiro e que ameaçava os interesses da Inglaterra que era o centro industrial do mundo.

A nova historiografia[1] da guerra já aborda a guerra sem a interferência inglesa, onde suas causas são fruto das disputas geopolíticas da região platina, salientando a invasão do Paraguai no território Brasileiro.

Que pontos são conflitantes[2] nesses momentos históricos, o que é comum e o que pode ser revisado a partir de um novo olhar? São essas diretrizes que movem esse ensaio, que tem como base um levantamento bibliográfico e documental. Esse ensaio parte de uma seção que faz um levantamento sobre a Guerra Guaçu, focando em uma descrição da historiografia brasileira. Posteriormente tratará dos limites territoriais trazendo para a discussão o tratado de Madri e de Santo Idelfonso, que o substituiu o primeiro e vigorava até o desenrolar da Guerra.

[1] Fonte: Doratioto (2002) segundo o autor do livro "Maldita Guerra" o comandante do Paraguai Solano López declarou a guerra, usando as desavenças ocorridas no Uruguai coo pretexto para efetivar suas intenções reais, pois estaria ele em busca de novos territórios que permitisse uma saída para o mar para efetivar seu plano ele teria que ter o domínio do Rio Prata sequentemente libertar-se-ia dos impostos mediante as tarifas alfandegárias que eram cobradas pelo porto de Buenos Aires. "O autor em sua analogia reflexiona que neste período existia o litígio sobre os territórios do Rio Grande do Sul principalmente na região dos campos neutrais e ao sul da Província de Mato Grosso".

[2] "É possível observar que em tais interpretações, os motivos da guerra são buscados nas ações de um indivíduo isolado, no caso Solano. Nelas não é buscada uma reflexão e problematização dos acontecimentos, mas observa- se mais um modelo de análise factual, oficial, que lança estereótipos tanto sobre o Paraguai quanto sobre Solano López" (Garcia 2005/15, p. 20).

Nessa seção são observados elementos cartográficos que auxiliam na discussão e nas interpretações que se fazem para discutir a própria historiografia brasileira. Por fim são traçadas considerações finais desse estudo.

1.2. A Guerra Guaçu e a historiografia brasileira

Esta seção trata de efetuar um levantamento sobre a Guerra Guaçu, conhecida no Brasil como a Guerra do Paraguai e também como Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Esse levantamento não é somente um elemento descritivo da historiografia brasileira sobre esse que foi o maior conflito armado sul-americano, mas uma descrição dos momentos historiográficos brasileiros pautados numa discussão crítica dos fatos que envolveram as relações entre as nações. Dessa forma, possibilita um novo olhar sobre o conflito, dentro de uma visão questionadora do que se compreende dentro do que é transmitido pelo contar da história brasileira.

Primeiramente busca-se uma compreensão do conflito, recorrendo a Furtado (2000, p.5) que reflexiona através do seguinte questionamento: Por que de tanta Briga? Discorrendo segundo sua ótica com foco no mercado da época no qual ele conclui que o conflito tem cernes: "desde os tempos coloniais, a bacia platina (que inclui os rios Paraná, Paraguai e Uruguai) era um importante caminho para a saída de metais preciosos e outros produtos coloniais, entrada de mercadorias europeias e circulação de contrabando" (FURTADO, 2000, p. 5).

A importância desses rios, algo que não havia diminuído no século XIX, mesmo com a independência do Paraguai, em 1811, e a do Brasil em 1822, e ter o controle dessa área tornou-se decisivo para os dois países.

> [...] posteriormente a emancipação de ambos os países a republica guarani tinha como única saída para o oceano Atlântico o rio da Prata, Já o Brasil império o acesso à província de Mato Grosso se dava principalmente pela bacia platina, pois neste período Não existia estradas que possibilitassem este acesso [...] se alguns países da região bloqueassem esses rios, o governo brasileiro perderia o controle sobre parte de seu território, e o Paraguai ficaria simplesmente sem acesso para exportar seus produtos (principalmente erva-mate, fumo e madeira [...] (FURTADO, 2000 p.32).

Ao realizar uma contextualização ente Furtado (2000, p. 32 a 34) que argumenta sobre o conflito seguir mesmo com a independência das colônias e Loreto (1953, p. 14 e 15) "a emancipação da região platina do domínio ibérico, sempre foi uma busca em prol autonomia política, econômica e territorial". Historicamente observada como exemplo no continente europeu, não diferente as colônias sul-americanas buscavam essa emancipação e reconhecimento como nação, mas não abandona o conflito territorial, o que visivelmente se observa em sua narrativa a seguir:

Há muito que dominava os povos do prata o desejo de libertação do domínio ibérico e, em toda parte, encontrava clima adequado, muito embora não houvesse chegado o momento propício. Buenos Aires construíra-se o centro irradiante desse movimento libertador. Entretanto, apesar de ser aquela cidade o epicentro desse movimento, não foi ali que se realizou a independência dos povos platinos num sentido integral, como se poderia esperar ao Paraguai e que coube essa primazia, ao se desligar do domínio espanhol consolidou desde logo, sua autonomia política, muito embora não fosse dos primeiros a sacudir a regia tutela (LORETO 1953, P. 15).

> No discurso transcrito de Monteiro (2016, p. 29) um dos pontos de conflitos políticos e econômicos para "a independência dos países latino-americanos serviu, dentre outras coisas, para findar o pacto colonial, que obrigava a colônia a apenas comprar e vender seus produtos à ou por intermédio da metrópole" (MONTEIRO, 2016, p. 28, 29).

Para Mendes (1920, p. 42 a 43) ao textualizar sobre o conflito no seu livro "A Guerra do Paraguai" inicia as suas observações com críticas à política do regente do segundo reinado, em seus movimentos de anexação da Banda Oriental, após sua independência, sob a denominação de Província Cisplatina. Para o autor evidencia-se que "[...] dilaceram-se encarniçadamente as nações cujos interesses são mais comuns, cujas ligações são mais fraternais; profana-se o passado, compromete-se o futuro, sacrifica-se o presente [...]" (MENDES, 1920, p 43).

A questão dos limites territoriais e fronteiras são ressaltadas por Mendes (1920, p. 43), como fatores que exerciam influência para que os conflitos ocorressem e o autor ressalta que as nações platinas não tinham interesse na livre navegação na bacia do Prata, envolvendo o Rio Paraná e o Paraguai, pois temiam a perda de hegemonia e também ressaltavam desvantagens comerciais frente ao Império do Brasil. Também, reforçava esse desinteresse de livre navegação a dificuldade em se defender de prováveis invasões propiciadas pelo Império. O historiador em seu livro "A Guerra do Paraguai" leva em consideração a questão da tradição de lutas seculares entre portugueses e espanhóis pela região, que inevitavelmente provocariam rompimentos não pouco constantes. Vários desses conflitos seriam fatalmente evitados e atenuados, segundo Mendes (1920, p. 43 a 47), se não faltassem ao Imperador um "espírito culto e um coração generoso, inspirado em intrigas dinásticas europeias quecolocavam as nações aborígenes submetidas ao ocidente". Segue em

sua narrativa novamente comparando o governo imperial com o "belo exemplo legado pelo regime medieval", longe do exemplo "moderno" e "anárquico".

O epílogo que circunda a Guerra Guaçu de acordo com Doratioto (2002), deriva de objetivos anteriormente delineados pelo Império do Brasil, através de sua política de soberania territorial e econômica dentro do continente Sul-americano. O primeiro seria "a livre navegação do rio Paraguai" o segundo objetivo seria "estabelecer um tratado delimitando as fronteiras com o país guarani" o terceiro objetivo tinha como precaução "conter a influência argentina sobre o Paraguai" (DORATIOTO, 2002, p. 471).

De acordo com a investigação de Doratioto (2002, p. 471) essa política teria início em 1840 três décadas antes do início da Guerra, a partir do instante que: "alcançara a unidade interna e consolidado o Estado monárquico centralizado, onde foram criadas as condições para o império dedicar-se a assuntos externos e, mais especificamente, ao Rio da Prata" (DORATIOTO, 2002, p. 471, 472).

Para Doratioto (2002) à analogia das causas da Guerra Guaçu ou Guerra do Paraguai, parte da busca de informações existentes na história para "compreensão das rivalidades entre a Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil, que mediante estudos investigativos, ocorreu devido aos constantes desentendimentos dos limites de fronteiras territoriais a serem estabelecidas entre as colônias" (DORATIOTO, 2002, p. 471 a 472).

Posteriormente, esses países influenciaram diretamente na liberdade de navegação dos rios platinos e no controle mercantil. "A partir do exposto anteriormente poder-se-ia dizer que ela é apenas parte de um conjunto de guerras que caracterizam a emergência e desenvolvimento da fase imperialista" (AMAYO, 1995, p. 264).

No pós-guerra as interpretações das causas do conflito deram ênfase do ataque do Paraguai ao Brasil, não pautando anteriormente a intervenção realizada pelo império do Brasil no Uruguai por divergências e conflitos internos principalmente ataques aos colonos brasileiros no território uruguaio. "Quando não apresentada como questão independente, esta é mostrada como um último recurso do governo imperial ao não ter atendidos seus pedidos de reparação às agressões sofridas por brasileiros no Uruguai" (SALLES, 1990, p. 17).

Desta maneira dando sequência na rivalidade que existiu entre as colônias da Espanha e Portugal que ultrapassou os séculos, mas se manteve enraizada, mesmo após a conquista, independência e autonomia, proporcionando o direito e liberdade na formação de uma nova nação. "As constantes ameaças do Império ao vizinho Paraguaio, conhecidos como Guaranis, fez com que os países selassem um acordo em abril de 1856, que garantia ao Brasil a livre navegação desse rio", mesmo com o tratado (SALLES, 1990, p. 16 a 20).

Maia (1964, p, 37 a 39) argumenta que "em novembro de 1864 o Paraguai declarou guerra ao Brasil, invadindo a região de Mato Grosso, zona de disputa entre colonos e seus respectivos governos há mais de 200 anos". Ao aprisionar o vapor Marques de Olinda em 12 de novembro de 1864, "estava dado o primeiro tiro da guerra que se iniciava!" (MAIA 1964, p, 47). Além disso, os conflitos entre Portugal e Espanha passaram para "a discussão de modelos de colonização, de reflexões sobre o colonialismo e o neocolonialismo na América Latina, sobre regimes de governo, sobre "civilização e barbárie" (Sarmiento) e sobre as questões geopolíticas que marcaram a época" (MAIA, p. 49-69).

Segundo Mota (2005) em sua observação a respeito do conflito, narra:

> A guerra do Paraguai, ou a Guerra da Tríplice Aliança, ou mais propriamente a Guerra contra o Paraguai marca indelevelmente a História contemporânea da América Latina. Foi a maior guerra da História da América do Sul. Pode ser comparada em violência, em extensão, mas não em seus resultados à Guerra Civil que à mesma época viveram os Estados Unidos da América do Norte, com seus números assustadores: a Guerra Civil mobilizou cerca de 2,5 milhões de homens numa população de 33 milhões de habitantes. Todavia, "os mortos que importam têm que reunir certos requisitos", como escreveu o editor italiano Franco Maria Ricci, na apresentação de uma belíssima obra sobre as pinturas de Cándido López, o principal documentarista da guerra contra o Paraguai. Com efeito, nem todos os mortos são iguais".

Confrontando com os estudos de Mota (2005) as pesquisas de Maia (1964, p. 51 a 52) narra que: "o governante paraguaio Solano López, defendia a posse do território do Mato Grosso", por ter sido este, "indevidamente ocupado pelo Império do Brasil, que desrespeitou acordo firmado anteriormente, quando seu pai Carlos Antônio López era presidente". López observou que o Brasil estava alocando o posto denominado Colônia Militar dos Dourados, que futuramente seria um dos muitos palcos de confrontos armados entre as duas nações. "E, uma vez o primeiro passo, o segundo, como era natural, não tardou: foi à iníqua, cruel, devastadora e vandálica invasão da defesa e inerme província de Mato Grosso" (MAIA, 1964, p.52).

Segundo Maia (1964, p. 44 a 47) o direito de posse do território seria do Paraguai. Se analisar os acordos anteriores à Guerra Guaçu, essa reinvindicação se fundamentaria, por meio de: "documentos, os tratados, que ao realizar a reconquista de suas terras, observando a resistência nula, deu sequência às inúmeras batalhas no grande Mato Grosso", fato narrado por Maia (1964) da seguinte forma:

> Solano Lopez tão aleivosamente se apoderou do inerte e inofensivo paquete brasileiro Marques de Olinda em viagem para Mato Grosso, levando, além de outros passageiros, e sua tripulação, o Coronel de Engenharia do Exército Brasileiro, Dr. F. Carneiro de Campos, deputado ao Congresso Nacional, nomeado presidente e comandante de Armas da Província de Mato Grosso, considerando tudo: navio e sua carga presas de guerra, e seus passageiros, militares e civis, prisioneiros de guerra (MAIA, 1964 p. 49).

Posteriormente a essa investida, verificando que a resistência do exército brasileiro era inferior ao exército paraguaio, seguiu retomando e conquistando em busca de fortificações e rios importantes para a navegação na região da Província de Mato Grosso. Que para Maia (1964) em seu livro Invasão de Mato Grosso faz um questionamento, sendo este:

> Quando Solano Lopez aprisionou o Navio Marques de Olinda e toda sua tripulação e mercadorias, tinha um fato anterior que o motivou? " O motivo seria que Solano Lopez, em 30 de agosto de 1864, ao negociar com Império do Brasil sobre a não intervenção do mesmo sobre o conflito interno entre Blancos e Colorados que ocorria no Uruguai, por não ter sido aceito, sua mediação, sentiu-se ameaçado. De acordo com narrativas históricas, semanas anteriores em 17 de junho de 1864 Solano Lopez, instigado pelo Governo Oriental, por intermédio do seu Encarregado de negócios em Asunción, Dr. José Vasquez Sagastume, para intervir diretamente no conflito em apoio aos federalistas blancos (MAIA, 1964, p. 50).

Dentro deste contexto Maia (1964, p. 49) ressalta que: "tomado por pretexto o ultimatum Saraiva de 4 de agosto de 1864, em suas comissões lavrou um longo e pretencioso protesto considerando *casus belli* a ocupação

de qualquer parte do território Oriental por forças militares brasileiras", onde se analisa que este protesto foi enviado diretamente ao Imperador, o mesmo "foi confirmado em 3 de setembro, mas por ações diplomáticas retirado 14 do mesmo mês" (MAIA, 1964 p. 49).

Para Menezes (2012, p. 141 a 144) havia articulações diplomáticas nos anos anteriores a guerra para que o conflito não se instaurasse. Segundo Menezes (2012, 104 a 105) os "representantes diplomáticos ingleses no Rio da Prata, estavam um em Buenos Aires, sendo o Edward Thornton, e outro em Montevidéu, chamado Willian G. Lettsom". Essa divisão dos representantes diplomatas em junção com a intervenção no império brasileiro no Uruguai em favorecimento do Partido Colorado, foi o que diretamente enfureceu o General Comandante paraguaio.

Doratioto (2002, p. 131 a 136) considera que "ação militar articulada por Solano Lopez através de seu exército, por ser ele desrespeitado como chefe de Estado, pelo Governo imperial do Brasil, que não reconheceu no comandante uma ameaça". Os países platinos entre eles o Brasil, desconheciam quem de fato seria Solano López, "nem do que era capaz de realizar. As relações do novo governo de Solano López deterioraram a partir de 1964" (DORATIOTO, 2002, 477 a 478).

Ao ser ignorado no dia 12 de outubro Solano López invadiu a Republica Oriental com sua força militar que em número não sofrera resistência para inibir sua marcha, em sequência seguiu em direção a Vila Melo, capital do departamento de Cêrro Largo, sua guarnição que pouca ou nenhuma resistência impôs ao exército de Solano López (Maia, 1964). Estava isso facto satisfeita a condicional do protesto de 30 de agosto e de sua confirmação de 03 e 14 de setembro, através desta ação militar, se fez entender, que não aceitaria ser jamais menosprezado como representante maior da nação paraguaia (MAIA, 1964 p. 49).

Ao realizar análise do texto de Salles sobre a região do grande Mato Grosso, quando Salles descreve que "as novas expedições à província de Mato Grosso, realizada pelos Portugueses, foi confirmada ausências de informações sobre a extensão territorial", que resultou na investida do império do Brasil para ocupar essa região, ao perceber que não existia nenhuma guarnição ou real proteção do Paraguai (SALLES, 1990, p. 15 a 25).

Estava obvia as intenções do império do Brasil, não tardou para Solano López, "no ano de 1862, enviar uma patrulha, soldados Paraguaios sob o comando do Tenente Pedro Pereira, que estaria realizando mapeamento e monitoramento na região", confirmando a evidência da fortificação denominada Colônia Militar dos Dourados, que seria duramente atacada, "na retomada da região por centenas de soldados paraguaios que aniquilaram a resistência do Tenente Antônio João Ribeiro e seus comandados" (LORETO, 1953, p. 391 a 393).

Seguindo a investigação de Salles (1990, p. 16 a 17) ao longo do tempo, apareceram "três interpretações distintas"[3], intitulado pelos historiadores como: A primeira **tradicional**, a segunda denominada de **revisionista** e na atualidade denomina-se de **pós-revisionista** ou **nova historiografia.** Mas a historiografia tradicional e a revisionista acerca do conflito se popularizaram em diferentes momentos no Brasil.

A **historiografia tradicional** possuía autores que desconsideravam questões geopolíticas, apesar de ser elemento abordado por essa corrente. Logo no pós-guerra apontava as causas do conflito segundo Salles (1990) como

[3] "Ao longo do final do século XIX e ao longo do XX foram sendo construídas diferentes interpretações acerca da Guerra do Paraguai. Militares, jornalistas, historiadores entre outros lançaram uma gama de perspectivas sobre a guerra. Há de ter em vista que tais perspectivas de análise estão situadas em contextos históricos e políticos distintos e, sendo assim, foram motivadas por interesses e/ou ideologias diferentes" (GARCIA, 2005/15, p. 16).

única e exclusivamente "o resultado da megalomania de Solano López, ditador do Paraguai". De acordo com a analogia sobre o enredo dos antecedentes da guerra, no início os relatos provenientes dos vitoriosos ligados a tríplice aliança em especial dentro da historiografia brasileira essa narrativa tradicional "desconsiderava uma série de eventos relevantes no contexto geopolítico da bacia platina". Essa historiografia foi muito comum no Brasil no início do século XX até a década de 1960, aproximadamente (SALLES, 1990, p. 16 a 18).

> A invasão de Mato Grosso" um livro em comemoração ao centenário da Guerra Guaçu de Maia (1964) que textualiza sobre como "Solano López tão aleivosamente se apoderou do inerme e inofensivo paquete brasileiro Marques de Olinda em viagem para Mato Grosso" assim fazendo prisioneiros os tripulantes e as cargas, segundo descrito por Maia (1964) "despeitado por não ter Solano López, em 30 de agosto deste ano (1864) não ter sido aceito o oferecimento, aliás, inaceitável de sua mediação na contenda que pleiteava o Governo Imperial com o Estado Oriental do Uruguai. (MAIA, 1964, p. 49)

Na historiografia tradicional a guerra é, também, motivada por intervenções paraguaias, pelo aprisionamento do vapor Marques de Olinda e pela invasão paraguaia no território de Mato Grosso e o Império responde a essas ações. Destaca-se, nesse período historiográfico o livro "Capítulos da Historia Militar do Brasil" que retrata os antecedentes da Guerra contra o Paraguai, nesses antecedentes há um receio do império pelas pretensões territoriais da Argentina e de um retorno de uma união das antigas províncias espanholas, que poderia modificar a estrutura geopolítica que se formara a partir da emancipação do domínio espanhol.

Neste livro o autor Loreto (1953) destaca a emancipação da região platina do domínio ibérico como umas das causas precursoras do conflito "De há muito que dominava entre os povos do Prata o desejo de libertação do domínio ibérico" (LORETO, 1953, p. 15). Outro ponto que Loreto (1953) apresenta sobre os fatores que antecederam a guerra foi quando "[...] Argentina sonhou em estabelecer no Prata uma poderosa confederação que abrangesse as antigas províncias do vice reinado espanhol daquela região[...]" (LORETO, 1953, p. 69).

Desde 1810 quando se tornou independente a intenção da Argentina[4] seria de soberania sobre o território da região platina, mas Loreto (1953) ao realizar abordagem textual sobre os rumos da política da Argentina no exterior faz a seguinte observação "os paraguaios e orientais jamais concordaram na submissão à autoridade da Junta de Buenos Aires, primeiro, e dos caudilhos que a dominaram posteriormente, inclusive Rosas, o mais forte e arrojado de todos eles" (LORETO, 1953, p. 69).

[4] De acordo com Jardim (2011) "As bases hegemônicas portenhas para a formação de um estado nacional centralizado e estabelecido pelo domínio da economia já em 1810 das outras províncias também descolonizadas pertencentes ao outrora vice-reino. Estabelecia-se como estratégia geopolítica pela localização na entrada do rio Paraná, subjugando a navegação marítima da região e o restante do mundo. Assim centralizando no porto de Buenos Aires a atividade Mercantil da região platina, como consequência experimentou-se um período de florescência e riqueza para a burguesia ali estabelecida, que deu origem a elite argentina que comandava o estado político e econômico subjugando as demais províncias do interior. Assim centralizando no porto de Buenos Aires a atividade Mercantil da região platina, como consequência experimentou-se um período de florescência e riqueza para a burguesia ali estabelecida que deu origem a elite argentina que comandava o estado político e econômico subjugando as demais províncias do interior. A reação das outras províncias fez com que no Paraguai em 1811 ocorresse a derrota de Manuel Belgrano e suas hostes militares de Buenos Aires para reprimir tais reações. Originando entre outras a independência paraguaia. Que de fato ocorreria formalmente somente em 1842. É bem sabido porém que já em 1813 por ocasião do II Congresso Geral Paraguaio já era explicito a existência do Paraguai enquanto republica. Embora como ditadura. O que para DORATIOTO (2002) complementa que o país seria governado por José Gaspar Rodrigues de Francia até 1840, denominado Ditador Perpétuo" (JARDIM, 2011, p. 3).

Jardim (2011) descreve em seu texto sobre as intenções da Argentina em se tornar soberana na região oriental, não reconhecendo a independência do Paraguai e requerendo território, para ampliar seus limites (JARDIM, 2011, p. 9 a 11).

As negociações para delimitação territorial entre Paraguai e Argentina não iniciam em função da guerra, elas fazem parte de disputas desde a desintegração do vice- reino do rio da Prata. A zona contestada pelos dois países é a chamada região do Chaco além da de Missiones, em 1852, os dois países assinam um acordo de limites. Ao Paraguai caberia o espaço até o rio Bermejo no Chaco e para a Argentina a região de Missiones. Porém este acordo não chegou a se concretizar porque o congresso da confederação não aceitou a delimitação, o que levou uma aproximação entre o Paraguai e o governo de Buenos Aires. No ano seguinte o governo da confederação com sede em Paraná envia um representante a Assunção com objetivo de negociar e assinar tratado onde a todo o território contestado seria argentino, mais uma vez não foi possível resolver a situação, protelando por seis anos esse assunto (JARDIM, 2011, p. 11).

Para Loreto (1953) "a anexação da banda Oriental foi uma resultante da politica expansionista portuguesa que depois, naturalmente, cumpriria o império conservar" essa analise de Loreto se deu, após estudos da história política externa do império do Brasil sobre a região do Prata, descrita "mero acidente político visto como, ao perde-la, não fizemos grandes esforços para recuperá-la" (LORETO, 1953, p. 71). Na versão da **historiografia revisionista,** esta bibliografia tem como base descrever o Paraguai como uma nação prospera e independente antes do conflito, sendo esta autonomia política e econômica na região do Prata somada a sua resistência à soberania dos demais países um dos pontos de atrito.

Para Salles (1990, p, 21 a 24) ao discorrer sobre a historiografia revisionista observa- se que "foi muito conhecida no Brasil na década de 1960 até meados da década de 1990". Segundo essa historiografia, o Paraguai era um modelo de desenvolvimento autóctone (nativo) e único na bacia do Prata, atrelado ao seu isolamento político econômico dos demais países, arredio a acordos que desfavoreceriam seu pais ou seus aliados comerciais, mas sempre demonstrando estar presente como nação soberana. "Isso desagradaria à Inglaterra, que, para sujeitar o Paraguai ao capitalismo inglês, manipulou Brasil e Argentina para que guerreassem e destruíssem o modelo econômico do Paraguai" (DORATIOTO, 2002, p. 471 a 474).

Na bibliografia do **revisionismo** histórico se destaca Chiavenato no Brasil e Eduardo Galeano no Uruguai, que entra na historiografia brasileira com a tradução do Livro Veias Abertas da América Latina[5]. Como a guerra é contada. Sua produção foi proibida em diversos países durante as ditaduras militares, nas décadas de 60 70 e 80, As Veias Abertas da América Latina se tornaria um símbolo da literatura historiográfica na América, pois retrata a luta contra o imperialismo (capitalismo), contra a exploração da mão de obra em países subdesenvolvidos.

[5] "Para entender o lugar de Veias Abertas na produção historiográfica brasileira sobre a América Latina, e suas peculiaridades, cabe considerarmos a trajetória dessa própria historiografia, após os anos 1980. A historiografia latino-americana começou a se firmar no cenário historiográfico brasileiro com dificuldades. José Luís Beired demonstrou que a produção acadêmica nas universidades paulistas em História da América só se consolidou e começou a expandir-se estruturadamente nos anos 1980. Talvez esses autores tenham entendido que foi necessário desconstruir uma imagem que estava consolidada no imaginário brasileiro, para que se pudesse ensinar um novo tipo de História da América. Historicamente, o Brasil esteve separado da "distante América do Sul", e Veias Abertas "tornou-se um dos ícones da cultura contemporânea e crítica sobre a América Latina", como atentou Leandro Karnal". Fonte: OLIVEIRA, Alexandre Queiroz de. Quando se rompe o silêncio: O livro As Veias Abertas da América Latina e sua trajetória no Brasil. Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG Vol. 5, n. 1, Jan/Abr - 2013 ISSN: 1984-6150.

Carvalho (2016) descreve que por entender que as narrativas literárias nos "permite enxergar, analisar, interpretar e compreender as densas experiências humanas como um dado espacial" e perceber territorialidades históricas, imaginárias, "muitas vezes sobrepostas às suas correspondentes reais, as estratégias coloniais, de colonialidade e resistência, apontadas pelo autor Galeano e as 173 imagens (paisagens imaginárias e concretas) que o mesmo produz em sua forma narrativa sobre elas". (CARVALHO, 2016, p. 172 *apud* LIMA; CHAVEIRO, 2016, p. 52).

Chiavenatto (1979, 24a ed. 1990, p. 30) descreve no livro intitulado Genocídio Americano a Guerra do Paraguai "O Paraguai vai romper violentamente toda uma estrutura de dominação econômica" isso se deu quando o Paraguai implantou um método simples, mas eficaz, "[...] ele traz do exterior todos os técnicos que o país precisa para implantar a base do seu desenvolvimento industrial [...]" desta maneira dá-se início a modernização com ferrovias indústria de forja "nitidamente nacionais e dirigidas pelo estado" esse plano politico econômico de Calos Antonio López traz o progresso, cria-se condições de progresso e modernização a sua nação, "O Paraguai esta numa ebulição de progresso" (CHIAVENATTO, 1979, 24a ed. 1990, p. 30, 31).

Com início da nova história pós-revisionista surge à pesquisa fundamentada em documentos que antes não foram descritos, novas fontes documentais sobre a narrativa da Guerra mediante uma perspectiva envolvendo acordos políticos, econômico e territoriais anteriores ao conflito que resultaram na Guerra Guaçu.

Na **pós-revisionista** ou **nova historiografia** que tem como referência o historiador Doratioto (2002) que descreve em sua pesquisa que nas décadas no pós-guerra, muitos debates foram realizados por historiadores e pesquisadores sobre a Guerra Guaçu ou Guerra do Paraguai, seria certo

afirmar que é um dos assuntos de maior complexidade, que gerou e ainda se torna motivo de grande polêmica dentro da história. "Atualmente, a compreensão que se tem dessa guerra é completamente diferente, da que existia há alguns anos" (DORATIOTO, 2002, 471 a 485).

Segundo suas analises em seu livro Maldita Guerra, ele descreve que "Na verdade, tanto a historiografia conservadora (tradicional) como revisionista simplificaram as causas e o desenrolar da Guerra do Paraguai ao ignorar documentos e anestesiar o senso crítico" (DORATIOTO, 2002, P. 20).

Para Doratioto (2002) "o isolamento do Paraguai, afastado das lutas platinas, implicou o estabelecimento de um tipo de economia no qual o Estado se tornou regulador de todas as atividades e detentor do monopólio do comercio de erva-mate, da madeira e do tabaco" ao fazer uma analogia desta estratégia observa-se que esta atitude de isolamento proporcionou ao Paraguai organizar-se internamente para fortalecer sua política econômica e mercadológica. "[...] Nessas terras organizaram-se as estâncias da economia o que levou ao governo paraguaio confiscar terras da elite tradicional, o poder econômico do estado paraguaio fortaleceu-se [...]" (DORATIOTO, 2002, p. 25).

Na atualidade existem novos estudos que permitem uma nova compreensão sobre a Guerra, historiadores paraguaios e brasileiros estão realizando novas pesquisas através do "acesso a uma ampla documentação, até então não analisada, algo que pode levar alguns anos, mas o intuito é não encontrar culpados ou inocentes e sim trazer a verdade e desmistificar alguns fatos ainda existentes hoje" (DORAIOTO, 2002, p. 478 a 485).

Ao estudar sobre a participação dos governos europeus no conflito sul-americano Fragoso (2009) discorre que "não mostraram, no entanto, um particular interesse em evitar ou deter a guerra, e trataram de manterem-se

neutros o maior tempo, evitando desgastes diplomáticos" (FRAGOSO, 2009, p. 36 a 41).

A maior polêmica envolvendo este conflito está sobre o caso da Inglaterra, pois é notório que a neutralidade nem sempre foi observada por seus agentes diplomáticos no Prata, "a proximidade dos ingleses, com os aliados se deu por interesse internos e externos, envoltos a economia e por considerar que representavam o progresso e a civilização contra o retrocesso e a barbárie" (MENEZES, 2012, p. 104 a 107).

Para Menezes (2012, 109 a 111) "os interesses britânicos eram maiores na Argentina e no Brasil", Por se tratar de laços mercadológicos e econômicos os bancos e estabelecimentos comerciais, dessa origem, "favoreceram os países da Tríplice Aliança, que em outros registros dentro da historiografia também foram beneficiados com a provisão de elementos de guerra e a outorga de empréstimos nesse país" (MENEZES, 2012, p. 158 a 166).

Benvenuto (2017) no seu artigo apresentado no Fórum universitário Mercosul, ao se realizar uma análise empírica dos fatos sobre a guerra, "aos olhos de brasileiros, argentinos e uruguaios médios entendidos como aqueles que tiveram um certo nível de educação formal e têm algum grau de participação na vida política dos seus países", passados cerca de 150 anos da Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra contra o Paraguai, a depender da aproximação política com o tema, o conflito que opôs seus países ao Paraguai, entre 1864 e 1870, definitivamente é coisa do passado (BENVENUTO, 2017, p. 73).

As observações de Benvenuto (2017) com a analogia realizada através da pesquisa de Mota (2005, p. 48) o mesmo textualiza sobre a história Guerra do Paraguai, descrevendo que "reside um nó histórico de nosso passado comum e traumático", e continua em sua narrativa sobre o tema que este seria: "um nó histórico-ideológico que, uma vez desatado, permitirá talvez o arranque para um futuro crítico e democrático, no qual as disputas sejam equacionadas em fóruns internacionais legítimos, abertos e modernos" (MOTA, 2005, p. 48).

O que se observa dentro da bibliografia existente sobre a Guerra são as interpretações sobre o conflito, a história narrada no pós-guerra denominada de tradicional tem como principal foco a investida do Paraguai em território brasileiro, desrespeitando limites e tratados, não aceitando acordos políticos de navegações e mercado.

1.3. Limites territoriais da américa espanhola

1.3.1. Tratado de Madri

Para buscar a compreensão das causas preliminares do conflito sul-americano foi necessário o estudo sobre os tratados firmados por Portugal e Espanha no século XVIII sendo estes o tratado de Madri e tratado de Santo Ildefonso. Para Siqueira (2004, p. 57) a história do tratado de Madri utiliza-se como base: "os documentos e as bibliografias existentes, para explicar as invasões portuguesas em território espanhol". Contextualizando com narrativa de Almeida (2005) mediante sua análise com base documental, através de pesquisas nas publicações de época, "os limites fronteiriços no Período Colonial eram estabelecidos por marcos geográficos e, principalmente, pela movimentação dos homens nos territórios" (ALMEIDA, 2005, p. 12).

Segundo estudos de Siqueira (2004, p. 12) a Colônia de Sacramento voltou a pertencer à Espanha, assim como regiões a oeste de Tordesilhas, como os Sete Povos das Missões, que eram ocupados por portugueses, pertenceriam agora a Portugal. Consequentemente, Portugal comandaria a região do Brasil e a Espanha, a região do Prata. Para Siqueira (2004, p. 12 e 13) no período histórico da

exploração territorial realizada pelos impérios de Portugal e Espanha, o processo de colonização do grande Mato Grosso, se efetivou a partir de 1750 delimitando as terras que pertenciam ao rei de Portugal ou ao rei da Espanha.

Nas análises de Correa (2015, p. 198) com a ruptura do Tratado de Tordesilhas, que por anos prevalecia como base nas observações cartográficas realizadas por Correa, traz a reflexão das afirmações através do relato realizado por Cortesão (2009, p. 263) a estratégia utilizada por Gusmão que consistiu em converter os rios e as vertentes em fronteiras, para, [...] à sombra deste princípio, estender a soberania portuguesa as vastidões totalmente ignoradas dos espanhóis (CORREA, 2015, p. 196 a 198).

Os resultados alcançados através destas investigações, Correa descreve da seguinte forma:

> A Colônia de Sacramento voltou a pertencer à Espanha, assim como regiões a oeste de Tordesilhas, como os Sete Povos das Missões, que eram ocupados por portugueses, pertenceriam agora a Portugal. Consequentemente, Portugal comandaria a região do Brasil e a Espanha, a região do Prata (CORREA, 2015, p. 27).

Segundo Siqueira (2004, p. 56 a 57) no período histórico da "exploração territorial realizada pelos impérios de Portugal e Espanha", o processo de colonização do grande Mato Grosso, se efetivou a partir de 1750 delimitando as terras que pertenciam ao rei de Portugal ou ao rei da Espanha, para Siqueira (2004, p. 57) "a ruptura do Tratado de Tordesilhas, que por anos prevalecia como base das negociações", dentro do processo de demarcação de limites de territórios, promoveu uma serie de desacordos e conflitos, ate a deflagração da Guerra Guaçu.

O tratado de Madri priorizava o fim dos conflitos, além de ser responsável por dividir o território brasileiro, tal como é nos dias atuais.

Esclarece, ainda, que a anulação do Tratado de Madri não afastou o interesse do governo lusitano (Portugal) de garantir a posse das áreas a Oeste, especialmente daquelas conquistadas pelo avanço bandeirante e expandidas durante o governo dos primeiros capitães generais de Mato Grosso. Foi assim que Portugal procurou aumentar os postos militares na fronteira ocidental da Capitania de Mato Grosso e Luís de Albuquerque mandou construir o Forte de Coimbra, no ano de 1775. Com mais esse importante posto militar, buscava o senhorio da navegação do baixo rio Paraguai, não permitindo que espanhóis e índios dominassem esse importante ponto estratégico. (ALMEIDA, 2005, p. 4 *apud* SIQUEIRA, 2004 p. 57).

Portugal neste período histórico foi obrigado a ceder a Colônia de Sacramento, mas em contrapartida ganhou os atuais estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Amazônia e Rio Grande do Sul, área que era pertencente aos sete povos das missões, além de uma extensa área localizada no alto Paraguai. A capital brasileira foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro e o rio Uruguai passou a ser fronteira entre Brasil e Argentina. No entanto, o tratado de Madri foi revogado em 1761 pelo tratado de El Pardo, onde novamente se definiriam as fronteiras no Tratado de Santo Ildefonso, já no ano de 1777.

1.3.2. Tratado de Santo Ildefonso

Na sequencia dos eventos históricos que envolvem as divergências entre Portugal e Espanha foi necessário realizar um novo acordo de paz que segundo Amaral (1973, p. 74) em seus estudos observou dentro do contexto histórico de guerras, existia a busca em superar as desavenças algo que ocorreu no ano de 1777 com um novo tratado que foi

encabeçado na região das fronteiras coloniais da América Meridional. Dessa vez, o intento era estabelecer a paz entre lusos e castelhanos de maneira definitiva, e, para isso, foi pactuado o Tratado de Santo Ildefonso, este assinado por Portugal e Espanha realizando um compromisso de respeito por meio de reciprocidade dos limites e territórios de cada nação. De acordo com a pesquisa realizada por Melo (2018) no ano de 1789 descreve:

> [...] as autoridades do governo do vice-reino do Prata [...] elaboraram um texto que procurava informar às instâncias superiores a quantas andava o cumprimento do tratado de Santo Ildefonso 1777 [...] e o trabalho das comissões demarcadoras para estabelecer a linha divisória entre os limites espanhóis e portugueses (MELO, 2018, p. 106 a 124).

Ao analisar as publicações sobre o tratado de Santo Ildefonso[6], se observa que o mesmo teria sido elaborado em 1777, mas sua validação se deu quando foi assinado em 1778. "De acordo com suas disposições, a Colônia do Sacramento e as terras a leste do rio Uruguai caberiam à Espanha, incluindo o território das missões orientais" (MELO, 2018, p. 106 a 124).

De acordo com Melo (2018) o "Reino de Portugal continuaria soberano, mas dentro da região do Rio Grande

[6] As demarcações territoriais estabelecidas no Tratado de Santo Ildefonso (1777). Durante o processo de delimitação da fronteira portuguesa e espanhola, os rios se constituíram em importantes pontos de disputas entre as comissões demarcadoras ibero-americanas, dado que poderiam ser tomados como as linhas divisórias naturais do espaço físico subordinado a uma ou outra monarquia, assim como caminhos pelos quais poderiam ser mapeadas as localidades ainda desconhecidas, seus recursos naturais e as populações nativas. Fonte: BRITO, Adilson Junior Ishihara. Interior insubordinado: o Império Português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul - Estado do Grão-Pará, 1750-1820. Rev. Bras. Hist. vol.39 no. 82. São Paulo Set./Dec. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472019v39n82-06 Acesso 14 de novembro de 2019.

e adjacências, passando o limite fronteiriço pelo rio Jacuí, incluindo as faixas de terras nos limites fronteiriços que seriam demarcados" o que Melo (2018) observa que o tratado de Santo Ildefonso "anularia o Tratado anterior de Madri". Mas teria como base o princípio romano de posse do território pela ocupação, fato que motivou o tratado de Madri. Para Melo (2018) este novo Tratado, sendo este um acordo entre a corte portuguesa e espanhola pretendia apaziguar desavenças entre as colônias e os dois impérios, para isso, previu alguns ajustes nas divisas: "do Amazonas e de Mato Grosso". Foi registrado no tratado acordo, sobre: "a devolução da ilha de Santa Catarina para as possessões portuguesas, conquistada pelos espanhóis pouco tempo antes, em 1776" (Melo 2018 *apud* Camargo, 2004, p. 39 a 41).

> A principal diferença do Tratado de Santo Ildefonso incidiu, por parte de Portugal, em ceder o território dos Sete Povos das Missões, estendendo o seu poderio territorial até os limites de Santa Catarina, para os espanhóis, ficaram as terras do que representa hoje o estado do Rio Grande do Sul no território brasileiro. A grande novidade no acordo era o estabelecimento dos "campos neutros", terras sem jurisdição em que não foi possível chegar num acordo em relação à posse, como o caso das terras próximas às fronteiras do extremo sul da colônia, na região do Rio da Prata. (ALMEIDA, 2005 *apud* GUERREIRO, 1999 p. 58. 59).

Segundo Osvaldo André Oliveira (2010, p. 61 as 63) "Os Campos Neutrais compreendiam o território que atualmente abrange os municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí, no extremo Sul do Brasil", esta região faz fronteira com o Uruguai sua paisagem é constituída por duas grandes lagoas Mirim e Mangueira, banhados, arroios e córregos. "Possui um relevo de planície formada por sedimentos marinhos oriundos de eventos ocasionados

pelo avanço e recuo do nível do mar, devido ao degelo e congelamento polares durante o período pleistoceno e o holoceno" (OLIVEIRA, 2010 *apud* CORRÊA, 1996, p 69).

> Uma análise a partir do trabalho de campo e bibliográfico sugere a hipótese de que, ao se estabelecer o Tratado de Santo Ildefonso, esta área não poderia ser habitada nem pelos portugueses, nem pelos espanhóis; só existia um homem "livre" e natural deste pampa, que poderia "habitá-lo": o Minuano. Desse modo, podemos imaginar o indígena como "instrumento" dos portugueses e dos espanhóis para exploração de uma área que era restrita as seus interesses econômicos. Além disso, a história tradicional que visa principalmente os heróis ocidentais nos deixa dúvidas quanto ao caráter do indígena (OLIVEIRA 2010, p. 72).

Para Amaral (2018) "ao longo dos anos pesquisadores se dedicaram na análise do tratado de Santo Ildefonso", este tratado tem sua importância histórica, basicamente encerrou com as desavenças existentes entre as duas coroas ibéricas, mas para Amaral (1973) "não colocou fim nas discordâncias de limites territoriais, a politica que pairava entre as cortes em busca de poder", se analisar a historia que envolve as duas coroas sobre posse e domínio de território na América do Sul, expansão mercadológica e territorial por longos anos, atingiu as colônias diretamente, "algo que mesmo após a independência que se sucedeu no século XIX, não apagou a discórdia alimentada por séculos de conflitos externos e internos" (AMARAL, 2018, p. 152 a 156).

> Anselmo F. Amaral descreve em seu livro "Os Campos Neutrais", que essa denominação de (Campos Neutrais foi dada, pelo Tratado de Santo Ildefonso, celebrado entre os tribunais no ano de 1777), a uma faixa de terras

> desabitadas no sul do estado do Rio Grande do Sul, cuja propriedade não pertenceria a nenhuma das partes conflitantes, essa faixa se estendeu das planícies de inundação de Taim até Arroio Chuí e ainda hoje, embora partisse dos municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí, Ainda é conhecido assim, o Tratado de Santo Ildefonso, celebrado em 1777 entre Espanha e Portugal, com a intermediação dos governos da Inglaterra e da França, estabeleceu a posse da Colônia de Sacramento para os espanhóis, mas em compensação reconheceu o soberania dos portugueses sobre a margem esquerda do rio da Prata, entre esses dois territórios estariam os campos neutros, onde nenhum país poderia localizar suas tropas ou montar acampamentos, evitando desvios diretos confronto entre os colonizados Apesar do tratado, com a criação da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, sesmarias foram concedidas aos oficiais do exército português dentro dos Campos Neutrais" (AMARAL, 1973, p. 58).

Para Camargo (2003) descreve em sua analise textual que. "paz garantida pelo Tratado de Santo Ildefonso foi bastante duradoura, se comparada aos períodos anteriores, desde a restauração da soberania portuguesa frente ao habsburgos espanhóis, em 1640". O autor discorre que em linhas gerais, na parte mais meridional da disputada divisa ibérica. "Santo Ildefonso previa que à Espanha caberia a Colônia do Sacramento e toda a Banda Oriental do Uruguai, incluindo o território das Missões Orientais" (CAMARGO, 2003, p. 235).

O autor ainda menciona a respeito de Portugal, que por sua vez, garantia sua soberania sobre: "o Rio Grande e adjacências, passando o limite fronteiriço pelo rio Jacuí e, quando esse rio faz sua curva de quase 90°. pelo caminho seco entre os galhos do mesmo Jacuí e do Ibicuí, Alguns ajustes foram feitos também nas divisas de Mato Grosso e do Amazonas", o que pode ser analisado a

exemplo do Tratado de Madri acordo feito no ano de 1750 (CAMARGO, 2003, p. 235-236).

Para compreender os limites territoriais pretendidos pelos portugueses e posteriormente pelo império do Brasil, o mapa de 1850[7] permite evidenciar a intenções do Brasil em tomar posse da região dos campos neutrais e do território da província do Grande Mato Grosso, pois analisando o contexto do mapa da Província de Mato Grosso, observa-se que o território paraguaio em destaque na cor lilás é inexistente, sendo assim o Brasil estaria desrespeitando o tratado de Santo Ildefonso que estabeleceu os limites de fronteiras no século XVIII.

Camargo (2003) levanta a questão sobre a demarcação de limites proposta pelo tratado de Santo Ildefonso a quem era direcionada o discurso que indicava a vontade de conclusão dos trabalhos, para o autor que descreve em seu argumento que algumas hipóteses podem ser construídas:

> Pode-se começar supondo o péssimo impacto que mesmo um boato teria sobre qualquer vantagem que uma nação pudesse obter sobre a outra no processo demarcatório. Como de certa forma já se tornara de domínio público entre as elites ibéricas nos anos 1790, a notícia de que todas as partidas demarcadoras tinham discordâncias interpretativas em quase todos os pontos de demarcação, ceder seria sinônimo de derrota diplomática. E de se duvidar que qualquer diplomata, espanhol ou português, colocasse o emprego ou o prestígio a prêmio em reconhecendo uma demanda da outra parte, ainda que lhe parecesse justa. De outra sorte, parte das elites coloniais luso-brasileiras e hispano-platinas esperavam por uma solução definitiva sobre limites que permitisse tocar suas vidas sem a preocupação entre de um novo conflito colonial (CAMARGO, 2003, p. 238).

[7] Carta topográfica e administrativa da Província de Mato Grosso 1850.

A partir desta analise textual os mapas datados de 1850 (figura 1, p. 30 e 2 p. 31) levanta a seguinte questão, o Brasil, aproximadamente 15 anos antes do início do conflito já estava planejando tomar posse destas terras? Região singular motivo de atritos entre as coroas portuguesas e espanholas das colônias sul-americanas, que ao se formalizar o tratado de Santo Ildefonso passou a ser de posse da coroa espanhola região agregada a sua colônia sul- americana o Paraguai que posterior à independência do Paraguai e do Brasil, não foi esquecida e sim amplamente cobiçada.

Sendo assim este mapa se torna uma das maiores provas, para fundamentar os argumentos sobre as motivações do Brasil e Argentina na conquista e domínio do território paraguaio, intencionadamente orquestrada e realizada pelo império do Brasil no século XIX muito antes do conflito, formalizada através do Tratado da Tríplice Aliança com a intenção de possessão da Região da Província de Mato Grosso e ao sul dos campos Neutrais.

O que segundo Jardim (2011) em suas análises sobre o tratado da Tríplice Aliança e as intenções da Brasil e da Argentina descreve:

> [...] no Art, 16˚ [...] o Império do Brasil se dividirá da República do Paraguai: Do lado do Paraná pelo primeiro rio abaixo do Salto das Sete Quedas, que segundo a recente carta de Mouchez é o Iguaçu e da foz do Iguaçu e por ele acima a procurar as suas nascentes. Do lado da margem esquerda do Paraguai pelo rio Apa desde a Ìoz iLté as suas nascentes; No interior, pelos cumes da Serra do Maracaju, sendo as vertentes de lestes do Brasil e as de oeste do Paraguai e tirando-se da mesma serra linhas as mais retas em direção às nascentes do

> Apa e do Igurcy. A República Argentina será dividida da República do Paraguai, pelos rios Paraná e Paraguai a encontrar os limites com o Império do Brasil, sendo estes do lado da margem direita do rio Paraguai a Baia Negra (JARDIM, 2011, p. 11).

Para Jardim (2011) o texto do artigo 16 ˚ do Tratado da Tríplice Aliança confronta com o conteúdo do artigo 8º do mesmo documento, pois onde "os países aliados se comprometem a respeitar a independência, soberania e integridade territorial da República do Paraguai. Tal paradoxo pode justificar a Aliança, pois enquanto a Argentina está interessada em reaver os territórios em questão".

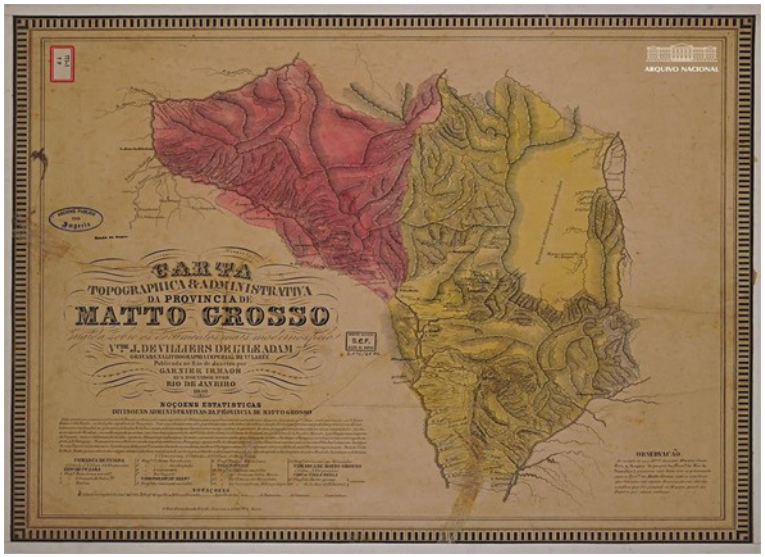
O autor textualiza sobre o interesse do Brasil que seria além de buscar a sua "independência fluvial através da nova delimitação fronteiriça, também tenta impedir o expansionismo argentino que lhe é preocupante". Sendo assim quando se firmou a assinatura do documento, ali se tornaram explícitos todos objetivos das duas "potencias Sul-americanas e que deveriam ser solucionadas no pós-guerra" (JARDIM, 2011, p. 11-12).

Figura 1 - Carta topográfica e Administrativa da Província de Mato Grosso

Fonte[8]: Cartografia Original registrado no acervo do Museu Paulista da USP. Sua transcrição: Carta topographica & Administrativa da Provincia de Mato Grosso / erigida sobre os documentos mais modernos pelo V.cde J. de Villiers de L'lle Adam.

[8] "Este ficheiro Mostra divisões administrativas, capital, cidade, município, paróquias, capela, locais ou fazendas, limite do Império, município e caminhos. - Nesta carta, o limite entre Mato Grosso e Goiás segue o rio Araguaia até suas cabeceiras e desce para Parnayba por um rio que se parece com Verdinho. - Traz uma tabela com observações. - "O meridiano é o do Rio de Janeiro 45 {eth} 35"51 ". O. Paris. - Gravado na Lithographia Imperial por Vr. Larèè". Fonte: IHGB Instituto Historiográfico Geográfico Brasileiro Ficheiro: Matto Grosso - Topographia, Acervo do Museu Paulista da USP.

Figura 2 - Carta topográfica e administrativa da Província de Mato Grosso 1850



Fonte[9]: Carta topográfica e administrativa da Província de Mato Grosso 1850. V.CDE. J. DE VILLERS DE CILE ADAM. Gravada na Litografia de VILAREE, Publicada no Rio de Janeiro por: Garnier Irmãos. Arquivo nacional Seção de Mapas 2.016/61 AA.

Para permitir clareza dos limites territoriais estabelecidos e anexados posteriormente a Guerra Guaçu os mapas em destaque figura 3 e figura 4 auxiliam para fundamentar esta investigação, se tornaram de suma importância e relevância na pesquisa realizada através da cartografia, sobre os limites territoriais anteriores ao conflito, pois observando o território paraguaio em toda sua extensão, evidenciam-se as alterações territoriais posteriores a 1870, sempre cobiçados pelo Brasil.

Apesar do mapa figura 4 ser elaborado 22 anos após o término do conflito, o mesmo proporciona análise, sobre as perdas de território, estas, desditosamente ao Paraguai.

[9] Fonte: Obra colorida manualmente que integra o acervo do Museu paulista da USP. Coleção João Baptista de Campos Aguirra - Ref. Agente: Litografia Imperial de Vr. Laréé - Garnier Irmãos.

Visualiza-se dentro desta cartografia, o novo traçado de limites entres os países, mediante o território anexado pelo Império do Brasil no pós-guerra, formalizando as intenções da coroa portuguesa em tomar posse da região dos campos "neutrais", sendo este historicamente objeto de desejo e disputas seculares.

Segundo Doratioto (2002) o Paraguai perdeu cerca de 140 mil quilômetros quadrados de seu território, que foi anexado ao Brasil durante os acordos e assinaturas de tratados de paz, visualmente observados no segundo recorte do mapa físico de Mato Grosso do Sul compondo as regiões de: Ponta Porã, Antônio João, Dourados, Naviraí, Ivinhema, Iguatemi, Paranhos e Mundo Novo (divisa com Paraná), no atual Estado de mato Grosso do Sul.

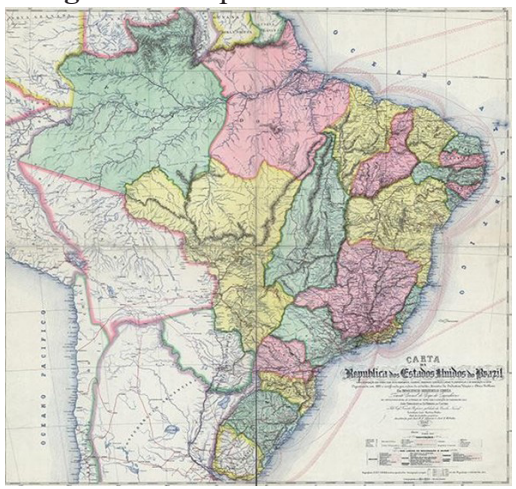
Para ter uma visão dentro deste contexto histórico, que proporcionará um melhor entendimento sobre os limites de fronteiras, foi feito dois recortes dos mapas para propiciar a visualização dos limites compreendidos da nação paraguaia.

Figura 3 - Mapa do Brasil e Paraguai de 1828

Fonte[10]: Mapa do Brasil e Paraguay Referência 1828. Desenhado e gravado pelo britânico Sidney Hall (Apresenta informações anteriores a 1816).

[10] Este mapa foi publicado, em Londres, por Longman, Rees, Orme, Brown & Green, Paternoster Row. Data de agosto de 1828. Foi publicado no New general atlas, 1830, do mesmo editor. Original na Coleção de David Rumsey. Existe outra cópia deste mapa na Biblioteca do Congresso dos EUA, com textos mais legíveis, mas com manchas. Detalhes a serem observado: Sendo este um mapa estrangeiro, ele contém alguns erros. Por exemplo, o Triângulo Mineiro foi transferido de Goiás para Minas Gerais, em 1816, mas aqui ainda está em Goiás. A Província das Alagoas foi criada em 1817, instalada em 1819, mas não consta aqui; O Rio Grande do Sul aparece com a configuração considerada pelos espanhóis no final do século 18; Em 1824, a Comarca do Rio São Francisco foi transferida para Minas Gerais, em 1827, passou para a Bahia (oeste), mas aqui continua em Pernambuco. Fonte: https://www.história-brasil.com/mapas/brazil-1828.htm Acesso em 6 de janeiro de 2020.

Figura 4 - Mapa do Brasil de 1892



Fonte[11]: Mapa do Brasil de 1892. Fonte: Biblioteca o Congresso dos Estados Unidos.

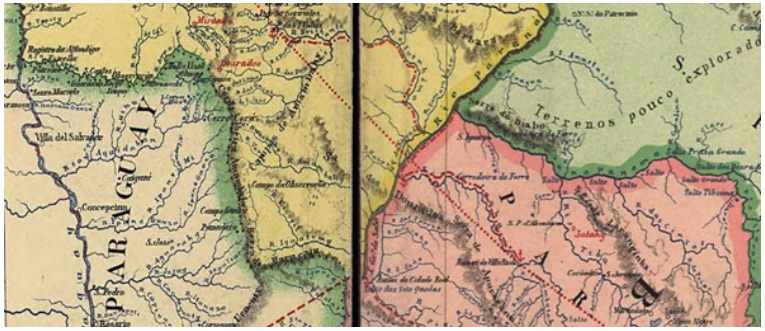
Nestes dois recortes se observa a extensão do território paraguaio antes e posterior ao conflito, no primeiro recorte mapa figura 5 está em destaque o território paraguaio, que compreendia as terras além da cordilheira de Amambai, a linha divisória do limite territorial, segundo apresentado na cartografia anterior, seria o eixo do Rio Ivinhema bifurcado segundo registrado na cartografia com o Rio Paraná.

[11] Este mapa do Brasil registra, em sua legenda, o ano de referência de 1892. Trata-se de um mapa oficial do segundo governo republicano do Brasil. Ainda segundo a legenda,"é uma Carta da Republica dos Estados Unidos do Brasil, com designação das ferrovias, rios navegáveis, colônias, engenhos centrais, linhas de telégrafo e de navegação a vapor. Foi organizada em 1883 e retificada por ordem do Ministro da Indústria, Viação e de Obras Públicas Innocencio Serzedello Corrêa. Lauriano José Martins Penha foi o chefe dos trabalhos gráficos. O original do exemplar, apresentado aqui, está na Biblioteca do Congresso dos EUA". Fonte: https://www.história- brasil.com/mapas/1892/brasil-mapa.htm Acesso em 6 de janeiro de 2020.

Figura 5 - Extremo sul da província de Mato Grosso em 1828

Fonte: Recorte do autor; Mapa do Brasil de 1828. Observa-se a região do extremo sul da província de Mato Grosso que se localizam as cordilheiras de Amambai e Maracaju, como pertencente ao território Paraguai.

Figura 6 - Extremo sul da província de Mato Grosso em 1892



Fonte: Recorte do autor; Mapa do Brasil de 1892. Observa-se que o território do extremo sul da Província de Mato Grosso já esta anexado ao império do Brasil.

No segundo recorte mapa figura 6 foram realizadas a comparação sobre a faixa territorial que foi anexada no pós-guerra pelo império do Brasil, ela seria correspondente ao extremo sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, sendo estes as áreas de ervais nativos, que segundo registros históricos, posteriormente explorados pela companhia Mate Laranjeiras, que se visualiza no primeiro recorte.

Para fundamentar o estudo de limites através da cartografia existente, analisado nos mapas as figuras 3 e 4 apresenta-se o recorte do mapa físico de Mato Grosso do Sul atual, figura 7. Observam-se em destaque os cinco pontos amarelos identificando os rios e a linha vermelha que faz o contorno: do Rio Paraná partindo do município de Mundo Novo (MS) que faz divisa com município de Guaíra (PR) subsequentemente bifurcando com o Rio Ivinhema, mais ao norte Rio Brilhante e Rio Santa Maria, finalizando com o Rio Apa localizado na região do município de Bela Vista que faz divisa com Paraguai extremo oeste do atual Estrado de Mato Grosso do Sul.

Esta linha vermelha em destaque no mapa figura 7 que se destaca de forma ampliada na figura 8 marca a trajetória dos rios, que auxilia no entendimento mediante analogia do limite de fronteira entre os dois impérios no século XVIII e XIX. Constata-se que sempre estes limites que circundam o território do sul de Mato Grosso do Sul, através dos cursos de águas ou de águas vertentes[12], foi o ponto de discórdia entre espanhóis e portugueses, mesmo que já estabelecidos anteriormente.

Para assimilar através do contexto historiográfico a importância dos rios como limites naturais, dentro da investigação, o estudo do trabalho da Comissão Imperial de Demarcação de Limites entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai, por meio de consulta da Ata número 4, assinada em 01 e 06 de abril de 1857, pelos Senhores Comissários de Brasil e o Uruguai, respectivamente o Marechal de Exército Barão de Caçapava

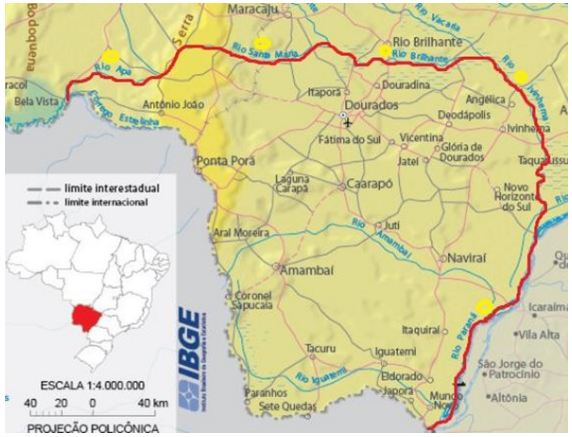
[12] Divisor de águas vertentes ou Divortium aquarum é uma expressão latina que significa divisória de águas. Diz-se da linha imaginária que traça a separação entre duas vertentes ou bacias fluviais limítrofes no ponto mais alto entre estas. No direito internacional recorre-se com frequência às divisórias de águas como critério para estabelecer fronteiras em regiões de difícil acesso. Fonte: Vinte e cinco anos de geografia em São Paulo *(*1934- 1959*). Boletim Paulista de* Geografia*,* São Paulo, n. 81, p. 77-91, 2004. APA. Ab'Saber, A. N. (2004).

e o Coronel de Engenheiros José Maria Reyes. Nela trata-se das linhas retas que marcam o giro da linha divisória nas regiões do Aceguá e S. Luiz.

Figura 7 - Mapa Físico de Mato Grosso do Sul

Fonte: Recorte do autor (região Sul/MS) Mapa Físico de Mato Grosso do Sul. Fonte - IBGE: 21 de janeiro de 2020.

Figura 8 - Região Sul/MS



Fonte: 2˚ - Recorte detalhado do autor (região Sul/MS) Mapa Físico de Mato Grosso do Sul. Fonte - IBGE: 21 de janeiro de 2020.

Com auxílio mediante transcrição da Ata n˚ 4[13], se observa o acordo entre muitos outros realizados, sobre as vertentes dos rios como ponto demarcatório das linhas de fronteiras. As demarcações provenientes de acordos entre as nações que faziam fronteira com o Brasil sempre foi motivo de atritos, desavenças e desacordos principalmente com o Paraguai, que dentro da historiografia tinha a preocupação de manter seu território, pois as relações com o Brasil dentro do contexto politico na América do Sul, apesar de ser de cordialidade existia receio quanto às intenções dos brasileiros de se fixar na região que pertencia à nação paraguaia. Ação que se fundamentou com a instalação do Brasil com a construção da Colônia Militar dos dourados, um dos palcos da Guerra Guaçu dentro do território cobiçado em questão.

A partir dessa análise percebe-se que o motivo de litígio territorial envolvendo a região delimitada no tratado de Santo Ildefonso, foi logrado em parte, pelas pretensões do Império do Brasil de anexar o território aos

[13] "No mês de Abril de mil oitocentos e cinquenta e sete, estando concordes os dos Senhores Comissários da Demarcação de Limites entre a Republica Oriental do Uruguai e o Império do Brasil, a saber: por parte da República, Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Coronel de Engenheiros D. José Maria Reyes; e pela do Império, Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conselheiro de Estado e Marechal de Exército Barão de Caçapava; declarará que á vista do serviço executado pela Comissão Imperial e exames feitos, de ordem do Excelentíssimo Senhor Comissário Oriental, pelo Engenheiro Auxiliar da Comissão Demarcadora da mesma Republica D. Julio Reyes, davam por bem traçadas as linhas retas que á falta de divisas naturais, ficam marcando o giro da linha divisória nas duas fronteiras - do Aceguá e S. Luiz: na primeira, unindo a vertente do Arroio da Mina, que nasce na Cochilha Grande, próximo ás casas de João Campon e Marianno de Freitas, á foz do Rio S. Luiz no Rio Negro; e na segunda, unindo as aguas da Lagôa de S. Luiz ás vertentes do rio mesmo nome, descidas da Serrilhada; e que em consequência, fica definitivamente determinada a linha divisória desde a foz do Jaguarão-Chico, ou Guabejú, que entra no Jaguarão-Grande pela sua margem direita até a Cochilha de Sancta Ana [...]" GOMES. Enrico Diogo Moro MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES INSTITUTO RIO BRANCO. Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da Serra de Maracaju. Brasília 2009.

seus domínios. Nesse tocante, o Império Brasileiro age como verdadeiro império, seus interesses são de expansão, buscando consagrar uma hegemonia desenhada desde a Guerra do Prata, discutida rapidamente nesse estudo.

Mas porque o avanço territorial se dá a partir desse momento? O Império do Brasil vê a dissolução da união que existia nas antigas províncias espanholas, devida aos interesses das oligarquias locais, principalmente gerada pela burguesia de Buenos Aires, que motiva a fragmentação do antes vice-reinado do Prata. A fragmentação e a criação de nações independentes permitem ao Império seguir com suas pretensões territoriais, o que não foi feito anteriormente por Portugal, em virtude de o outro lado ser belicamente mais forte, e também pelo próprio império brasileiro até a situação geopolítica do Prata configurar a seu favor. (JARDIM, 2011, p. 9 a 11).

Baseando-se nisso, a historiografia brasileira apresenta algumas incongruências e outros pontos que convergem com essa interpretação. Quando se trata da historiografia tradicional, onde se retrata um Solano Lopez tirano, belicoso e invasor do território brasileiro de Mato Grosso, não se busca compreender as razões paraguaias em relação a estrutura geopolítica do Prata e nem mesmo se considera que a região pretensamente invadida era, na realidade, paraguaia, e que o invasor era os colonos brasileiros que ali se encontravam. No entanto, a historiografia tradicional mostra que nos antecedentes a guerra está o elemento geopolítico, principalmente as configurações das antigas províncias ibéricas e a pretensão Argentina de criar uma confederação que retratasse o antes vice-reino do Prata, fato que tiraria o aparente poder hegemônico do Império Brasileiro na região.

A historiografia revisionista, por sua vez, dá ênfase à Inglaterra como a causadora do conflito, afirmando que ela incentivou os países da Tríplice Aliança a destruírem

o Paraguai em virtude de uma independência econômica e de uma nascente manufatura que se desenhava naquele país. Não se despreza os elementos geopolíticos, mas entende-se que o principal influenciador da Guerra é a Inglaterra. Atribuir à Inglaterra, fortalecida pela revolução industrial ocorrida nos fins do século XVIII e consolidada no século XIX não é uma interpretação por si só errada, pois os interesses do consolidado capital inglês não seria diferente da interpretação dada nesse recorte historiográfico brasileiro, mesmo porque os empréstimos dos capitalistas ingleses para os países da Tríplice aliança foram volumosos para fins de subsidiar a Guerra Guaçu, o que pode ser visto em Chiavenato(1979) e mesmo em Doratioto (2002), um autor já do pós-revisionismo. No entanto, os elementos geopolíticos do Prata ficaram em segundo plano.

No período do pós-revisionismo, que permanece até o momento, há um fortalecimento dos elementos geopolíticos da região platina para justificar a Guerra e uma busca pela isenção da Inglaterra, mostrando que a Guerra Guaçu é algo da Sul-américa e não tem papel inglês nas causas do conflito. Volta-se a tratar dos litígios territoriais e salienta-se a questão uruguaia e a intervenção Brasileira nesse país como um dos principais fatores que levaram o Paraguai a declarar Guerra inicialmente ao Brasil, ou seja, a *Causas Belli*. Resgata na historiografia tradicional abordando a invasão de Mato Grosso pelo Paraguai, mas não considera que a parte teoricamente invadida pertencia, em realidade, à nação Guarani, em virtude do tratado de Santo Ildefonso. Com relação à Inglaterra, o pós-revisionismo busca documentos oficiais que comprovariam ou não a participação da Inglaterra e não encontra nada que saliente uma interferência do governo Inglês com a Guerra Guaçu e busca atribuir essa visão, construída pelo revisionismo, como um elemento condizente com o contexto da época do revisionismo de questionamento do imperialismo estadunidense (MENEZES, 2012).

1.4. Considerações finais sobre o primeiro ensaio

Após revisitar a Guerra Guaçu, através das análises das bibliografias existentes pode- se observar que o Tratado da Tríplice Aliança também discorria sobre pretensões territoriais da Argentina e do Brasil no território paraguaio, que guiou as ações dos aliados até a derradeira destruição ocorrida no Paraguai, justificando ser um país governado por um tirano ditador. Destruir uma nação um povo, quem foi mais tirano? Questionamentos sempre existiram, mas a analogia desta guerra permanecerá sem resposta.

As recomendações firmadas no Tratado da Tríplice Aliança se faziam necessária seguindo um protocolo semelhante aos acontecimentos ocorridos no Uruguai, mas não evitou que a Guerra tomasse proporções monumentais para época atingindo a população civil, justificada pelo interesse politico mercadológico e territorial das grandes potências europeias, que investiram e auxiliaram diretamente neste conflito, uma guerra na qual, à globalização se fez presente na troca de informações empréstimos de dinheiros e armas.

O Paraguai reivindicava terras pertencentes ao seu território, invadidas pelo Império do Brasil, estava seguindo mapeamento do império espanhol existente desde o século XVIII, quando era uma das muitas colônias espanholas. Já o Brasil justificava a entrada e permanência seguindo sua expansão territorial alinhada aos interesses já pleiteados anteriormente por D. João VI que foram minuciosamente mapeados no século XVIII pelo império português. Tratados devidamente firmados neste período histórico, sempre foram cumpridos e descumpridos de acordo aos interesses políticos econômicos e territoriais de cada Império.

Os conflitos territoriais que se sucederam ao longo dos séculos, serviram aos interesses das duas coroas, sendo estas, Portuguesa e Espanhola. A posse de terras como de rios navegáveis para utilização, a busca

de poder mercadológico e político, estava fundamentado nas colônias Sul-americanas, que posterior a sua independência, mas seguida de conflitos internos, manteve os dessabores com as nações vizinhas. Os países europeus, como Inglaterra, seu governo tinha pouco interesse, nas ex-colônias envolvidas no contexto da Guerra Guaçu, os interesses mercadológicos existentes estavam nos industriais e banqueiros europeus, Não é correto misturar o capital com o Estado nesse momento da história, quando a revolução industrial inglesa já está consolidada.

A história que circunda a guerra esta envolta a uma série de pesquisas Tradicionais, revisionistas e pós-revisionistas, buscando entender profundamente o conflito sempre com foco na culpabilidade dos seus participantes e batalhas que ocorreram na antiga Província de Mato Grosso região que foi o centro de invasões e reconquistas de territórios reivindicadas pelo Paraguai, que se valia de tratados.

> [...] a fronteira, historicamente, tem sido objeto permanente de preocupação dos Estados, no sentido de controle e vínculo. Tampouco é surpreendente que um dos objetivos do sistema histórico de Estado nacionais, em vigência por quase dois séculos, foi o de estimular a coincidência entre limite e fronteira, disso resultando uma convergência conceitual, a ponto de serem consideradas na literatura como, sinônimos." "Se for certo que a determinação e defesa dos limites de uma possessão ou de um Estado se encontram no domínio da alta política ou da alta diplomacia, as fronteiras pertencem ao domínio dos povos. Enquanto o limite jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial, portanto, um instrumento de separação entre unidades políticas MACHADO, Lia Osório de. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos

da ilegalidade. Revista Território nº 8, 2000, p. 41-49. 6 soberanas, a fronteira é o lugar de comunicação e troca. Os povos podem se expandir para além do limite jurídico do Estado, desafiar a lei territorial de cada Estado limítrofe e às vezes criar uma situação de facto, potencialmente conflituosa, obrigando a revisão dos acordos diplomáticos (GOMES, 2009, 14 a 93, a*pud* MACHADO 2000, 10 a 22).

Se tornando evidente ao realizar o estudo sobre Guerra Guaçu dentro da bibliografia registrada, que as desavenças entre os reinados da Espanha e Portugal, foram cruciais para a construção conspiratória do conflito, servindo de movimento motriz para desencadear os eventos militares na região platina.

Os fatores mercadológicos, oriundos das grandes navegações, proporcionaram uma corrida, em busca da expansão territorial. O poder político, atrelado aos interesses econômicos, desencadeou a sucessão de situações que envolveram ações nas colônias Sul- americanas.

A questão de limites territoriais, propostos utilizando as barreiras naturais, principalmente os rios, sendo, estes usados para navegação e importantes no crescimento econômico mercadológico das colônias, sempre foi o centro das discussões políticas, territoriais entre os dois reinados, que influenciava diretamente as bases, missões existentes, instaladas, desde o inicio do descobrimento, com a vinda dos exploradores. Sempre desrespeitando os tratados e consequentemente as fronteiras territoriais, na busca de novos caminhos de novas riquezas, as invasões e retomadas de regiões foram às marcas históricas da formação europeia nas Américas.

As discordâncias e atritos por poder sempre ocorreram entre portugueses e espanhóis, no século XIX. Ao se libertar da escravidão colonialista imposta

por seus exploradores europeus, os colonos nativos não conseguiram se libertar das raízes culturais, pois a sequência de conflitos internos entre as novas nações Sul-américas, seguiram fortes na região platina, se estendendo nas questões mercadológicas e politica interna e externa envolvendo nações europeias.

No tocante as causas da Guerra Guaçu, todavia dizer que não houve influência da Inglaterra na Guerra pela não existência de documentos oficiais é um tanto perigoso, pois a participação Inglesa se refere ao capital à máquina mercadológica das grandes corporações e não ao Estado. Após a revolução industrial se consolidar, o Estado está separado do Capital, como instituição. O volume de empréstimos consolidados pelos capitalistas Ingleses, principalmente para Brasil e Argentina, induz a uma diferente percepção.

Doratioto (2002) afirma que os capitalistas ingleses emprestaram mais recursos para o lado da Tríplice Aliança porque sabiam quem ganharia a guerra, julgando que o capital não arriscaria com o perdedor, como sendo a lógica capitalista. Como sabiam? Se os próprios fatos históricos apontam um Paraguai mais preparado do que os exércitos aliados? Um volume maior de recursos direcionados para os aliados pode ser uma interpretação de que o Capitalismo inglês queria um determinado resultado, portanto, nem uma nem a outra interpretação podem ser consideradas verídicas. O que se pode considerar é que a Inglaterra não foi à causa, mas não se pode descartar sua interferência capitalista.

Estudos historiográficos, na atualidade, contribuem para melhor compreensão sobre a história da Guerra Guaçu, proporciona o confronto de informações, dos primeiros registros sobre a guerra, uma ideia formada por escritores tradicionalistas em defesa de suas particularidades e justificativas sobre o conflito.

Desmistificando as versões oficiais construídas pelos Estados soberanos envolvidos, pois estes novos estudos tem como base nas bibliografias referente a os tratados de Madri e Santo Ildefonso de limites territoriais, que sempre pautaram os conflitos entre as coroas. As marcas fixadas na história permanecerão, pouco pode ser feito, questões que envolvem a politica atual, poderia pactuar deliberando maneiras de remissão dos acontecimentos.

O que deve ser feito por todas as nações envolvidas no conflito, principalmente o Brasil e o Paraguai é apoderar-se da guerra Guaçu, sim, aceitar os erros estes de ambas as nações admitir a culpabilidade, após 150 anos, somente desta maneira utilizando ações diplomáticas para criar um pacto cultural entre as nações, usar o conflito com discernimento e serenidade de forma a retratar a historiográfica de forma coesa, para melhorar a economia regional aumentando o fluxo de turistas, permitindo a todos os interessados nativos locais ou estrangeiros oriundos de diversas regiões, sendo estas internas e externas de cada país, permitindo o conhecimento da temática sobre a Guerra Guaçu os fatos locais e acontecimentos, para assim contribuir para o desenvolvimento sócio, econômico e sustentável regional, envolvendo cada localidade que estará recebendo esses novos viajantes.

Esta percepção sobre a influência e os impactos no desenvolvimento sociocultural no pós-guerra na região fronteiriça será observada no segundo ensaio, que faz uma análise através da captação das respostas dos professores das cidades de Pedro Juan Caballero PY e Ponta Porã BR.

1.5. Referências bibliográficas do primeiro ensaio

ALMEIDA, André Ferrand de. **A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2005.

AMARAL, A. F. **Os Campos Neutrais**. Porto Alegre: GRAFISILK, 1973.

AMARAL, Maxwell da Silva. A **marcha para o oeste e a colonização da fronteira sul do atual Mato Grosso do Sul:** deslocamentos, políticas e desafios. Fronteiras: Revista de História | Dourados, MS. V. 16, n. 28, p. 153 – 165. 2014.

AMAYO, Enrique. **Guerras imperiais na América Latina – A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (Org.). A Guerra do Paraguai – 130 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BENVENUTO, Jayme. **A Guerra da Tríplice Aliança e o Ressentimento Paraguaio:** Impasse no Processo de Integração Regional? XVI Congresso Internacional FoMerco-Fórum Universitário Mercosul. UFBA. Salvador. Bahia. 2017.

BRITO, Adilson Junior Ishihara. **Interior insubordinado: o Império Português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul - Estado do Grão-Pará, 1750-1820**. Rev. Bras. Hist. vol.39 no. 82. São Paulo Set./Dec. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1806- 93472019v39n82-06 Acesso 14 de novembro de 2019**.**

CAMARGO, Fernando. **A pendenga interminável:** as demarcações do tratado de Santo Ildefonso. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) Anais da XXIII Reunião Curitiba – 2003

CHIAVENATO, Júlio José. **Genocídio americano: a guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CORREA. J. A. **A** fronteira, os tratados e os mapas: a formação territorial do Brasil e os tratados de Madri e Santo Ildefonso. **Boletim Campineiro de Geografia**, v, 5, n. 1, 2015.

CORREA. J. A. O Tratado de Madri (1750) e As Políticas Territoriais Pombalinas: Uma Abordagem Geográfica e Histórica. **XVII INIC / XIII EPG / III INID** - UNIVAP 2013.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos**

mapas. T. I-II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **O Conflito com o Paraguai: A grande guerra do Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

MENDES, R. Teixeira. **A Guerra do Paraguai.** Rio de Janeiro: Edição de Joaquim Bagueira Leal, 1920.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 2009.

FURTADO, Joaci Pereira. **A Guerra do Paraguai (1864-1870).** São Paulo: Saraiva, 2000.

GARCIA, GabrielIgnácio. A Guerra do Paraguai em diferentes interpretações. **Cadernos de Clio**, Curitiba, n.º 5, 2014/15.

GOMES. Enrico Diogo Moro. **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - INSTITUTO RIO BRANCO**. Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da Serra de Maracaju. Brasília 2009.

JARDIM, Wagner C. A geopolítica no tratado da tríplice aliança: Brasil/Argentina/Uruguai. Anais do **XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH** • São Paulo, julho 2011

LORETO. Aliatar. **Capítulos da história militar do Brasil II.** Os antecedentes da guerra contra o Paraguai. Políticos, diplomáticos, e militares. Companhia Editora Americana. Rio de Janeiro. 1953.

MAIA, Jorge. **A invasão de Mato Grosso. 1˚Centenário da Guerra do Paraguai**. Biblioteca do Exército. Editora BLIBEX. Vol. 34 pub. 238. Dez 1964

MENEZES, Alfredo da Mota. **A guerra** é **nossa:** a Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai. São Paulo: Editora Contexto. 2012

MONTEIRO. Alexandre Borella. **A guerra Grande: História e Historiografia do conflito do Prata (1864-1870)** porto Alegre: FCM. Ed. 2016.

MOTA, Carlos Guilherme. Guerra do Paraguai: história e polêmica. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. **Estud. av**. vol.9 no. 24 São Paulo May/Aug. 1995.

OLIVEIRA, Alexandre Queiroz de. Quando se rompe o silêncio: O livro As Veias Abertas da América Latina e sua trajetória no Brasil. **Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG Vol. 5, n. 1, Jan/Abr - 2013 ISSN: 1984- 6150

ROIZ. Diogo Da Silva. Teoria da história e historiografia. **Cordis. História, Arte e Cidades**, n. 6, jan./jun. pp. 367-371, 2011.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio de Janeiro: Bibilioteca Nacional, Paz e Terra, 1990 .

SIQUEIRA, Lauren Fernandes de. Trilhas interpretativas: uma vertente responsável do (eco) turismo. **Caderno Virtual de Turismo**. ISSN: 1677-6976 Vol. 4, N° 4. 2004.

THOMPSON, George. **Guerra do Paraguai. Coleção Temas Brasileiros**. Rio de Janeiro. Editoria conquista, 1968.

2. SEGUNDO ENSAIO: ESTUDO NO TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO DE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO

O segundo ensaio faz um estudo historiográfico dos impactos da Guerra Guaçu na região fronteiriça que é o objeto do estudo, as magoas que seguem afetando o convívio, interferindo na política e no comportamento das pessoas, considerando as influências institucionais que se formam a partir do processo histórico do pós-guerra. Este ensaio se alicerça em um levantamento teórico dos temas institucionais e do processo dinâmico do território para um posterior levantamento de campo sobre as percepções de atores residentes nas cidades fronteiriças de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY), mais especificamente professores da rede educacional que trabalham de alguma forma com fatos históricos referentes ao conflito. Por meio da percepção dos educadores locais, que fazem analogia dos fatos absorvidos e ensinados aos estudantes, foi possível traçar pontos que podem impactar no desenvolvimento da região decorrentes da Guerra Guaçu. A pesquisa foi de base qualitativa com amostra intencional onde os dados foram tratados através do software NVIVO 11.0 selecionando as respostas distribuídas em tabelas para análise qualitativa de como esse conflito é visualizado na região fronteiriça na atualidade, para obter a conclusão sobre a relevância da Guerra Guaçu na formação da cultura local. Percebe-se impacto no comportamento local, em questões de confiança entre os povos, o que impossibilita ou dificulta ações conjuntas de desenvolvimento.

2.1. Introdução do segundo ensaio

A Guerra Guaçu[1] deixou mágoas entre as nações envolvidas, mesmo passadas mais de um século e meio? Como questões referentes a ela influenciam no convívio, na política e no comportamento das pessoas da região de fronteira entre Brasil e Paraguai? Questões como essas são importantes para que se possa compreender o comportamento e os sentimentos das pessoas que convivem em regiões fronteiriças.

A percepção que se tem da guerra, suas causas, seus atores, tem relevância na atualidade? Como as localidades são pensadas podem ter influência no seu desenvolvimento? Não se busca responder todas essas questões, mas traçar considerações sobre a percepção existente da Guerra e seus efeitos no desenvolvimento da região de fronteira, levando em consideração questões institucionais que se fazem presente no comportamento social dos habitantes da região.

Este estudo que segue, teve como base a percepção de docentes do ensino médio e superior da região de fronteira, nas cidades de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, Brasil e de Pedro Juan Caballero, Amambay, Paraguai, sobre a influência da Guerra Guaçu no desenvolvimento do território.

Para se chegar a considerações sobre o tema o ensaio se divide em mais quatro seções, a primeira aborda as instituições e o desenvolvimento de uma forma teórica, para compreender o que são e como influenciam o comportamento dos indivíduos residentes e, a partir disso, no desenvolvimento.

[1] "Tendo em vista que o mesmo, "foi o conflito externo e maior repercussão para os países envolvidos, quer quanto à mobilização e perda de homens, quer quanto aos aspectos políticos e financeiros" (Doratioto, 2002: 17). Por fim, é importante apontar que na historiografia brasileira, atualmente, as teses apresentadas por Salles e Doratioto, entre outros pesquisadores, apresentam-se como sendo as mais aceitas, tendo em vista a base documental em que tais autores pautam as análises e as metodologias que empregaram nas interpretações sobre o conflito" (Garcia 2005/15, p. 36).

A segunda seção trata dinâmicas territoriais e desenvolvimento e, por fim, antes das considerações, busca-se analisar a percepção dos docentes sobre a guerra Guaçu e o desenvolvimento da região utilizando uma análise de conteúdo sobre as respostas dadas a questões geradoras de narrativa, com auxílio do software NVIVO 11.0. Para finalizar são traçadas algumas considerações.

2.2. Instituições e desenvolvimento

O que são instituições e como elas afetam o desenvolvimento? Esse tema é discutido por várias correntes institucionalistas dentro da Economia, desde o velho institucionalismo americano de Veblen até a Nova Economia Institucional (NEI), de Douglas North, Coase e Williamson. Não nos cabe fazer um apanhado teórico sobre instituições, mas ter uma noção do que são e de como elas influenciam o desenvolvimento. (PASTORE, 2002) ao abordar Tocqueville, comenta que este último dizia que o homem vive num paradoxo, buscando liberdade e igualdade, mas que a busca constante por liberdade acabaria afetando a igualdade e sem igualdade, não haveria desenvolvimento em um contexto econômico e social. Então, continua o autor, indagando em como reduzir a desigualdade quando os homens querem o máximo de liberdade? Para Pastore (2002) o próprio Tocqueville resolve isso ao afirmar que para que a liberdade floresça sem comprometer a igualdade, era preciso impedir que o poder se concentre nas mãos de poucos. Isso só será alcançado se as sociedades humanas criem regras impessoais e que se apliquem a todos os cidadãos, ou seja, instituições.

Instituições[2] são estruturas ou mecanismos uma serie de elementos de ordem social[3] que regulam o comportamento de um conjunto de indivíduos dentro de uma determinada comunidade. Estas Instituições são identificadas de acordo com sua função social[4], que transcende os indivíduos que fazem parte dela, as suas intenções e interações, são mediadas pela instituição que pertencem, através de regras que norteiam e governam o comportamento social destes indivíduos.

> [...] um elemento essencial de um amplo espectro de definições do que sejam as instituições está na identificação de algum tipo de regularidade dos comportamentos, ou ainda de algum tipo de estrutura subjacente que gera esta regularidade. Neste sentido, Langlois (1986b, p. 17) reflete convergência entre um grande número de autores ao afirmar sinteticamente que instituições são "uma regularidade no comportamento que especifica ações em situações particulares recorrentes", ainda que muitos possam achar a definição insuficiente e carente de um maior aprofundamento. A mesma ideia é exposta de maneira um pouco mais elaborada por Rutherford (1994, p. 182), para quem "uma instituição é uma regularidade de comportamento ou uma regra que tem aceitação geral pelos membros de um grupo social, que especifica comportamentos em situações específicas, e que se autopolicia ou é policiada por uma autoridade externa". Também há um virtual consenso em apontar que estas regularidades têm um caráter social – a mera recorrência de um traço comportamental em um indivíduo não é suficiente para caracterizá-lo como instituição, já que estas se diferenciam por estarem baseadas em "crenças e expectativas mútuas mantidas pelas pessoas ao agir" (Mäki, 1993, p. 13-14)1. Esta condição está presente na definição citada de Rutherford, ao estabelecer que as regras de comportamento devam ter "aceitação geral pelos membros de um grupo social (PONDÉ, 2007, p 6).

[2] Ibidem: Conceito (2019) "instituição", para além de fazer alusão à ação e ao efeito de instituir (fundar, dar começo, erigir) algo, é uma coisa instituída, isto é, estabelecida ou fundada. Trata-se de um organismo que cumpre com uma função de utilidade pública.

[3] "a relação mercantil gera um laço social mesmo sem passar por relações pessoais íntimas, na medida em que esse laço não se esgota no único ato da troca, mas se enraíza e participa do processo de reprodução das instituições sociais". Fonte: MATTEDI, Cécile Raud. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO EM DURKHEIM E WEBER: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. RBCS Vol. 20 nº. 57 fevereiro/2005

[4] O princípio da função social ora acolhido expressamente no Código Civil (arts. 421 e 1.228, § 1.º) constitui, em termos gerais, a expressão da socialidade no Direito Privado, projetando em seus corpora normativos e nas distintas disciplinas jurídicas a diretriz constitucional da solidariedade social (CF, art. 3.º, III, in fine). Conquanto expresso no Código em tema de propriedade e contrato, o princípio manifesta-se também no Direito da Empresa: conjugando os fatores da produção (trabalho, capital e recursos humanos) e os agentes do processo econômico (consumidor, trabalhador e empresário), as empresas têm, indiscutivelmente, dimensão transindividual ou comunitária. Assim, embora o silêncio do Código sobre a função social ao regular o Direito da Empresa, não há dúvida sobre a sua base constitucional5 e sistemática. Fonte: COSTA, Judith Martins. REFLEXÕES SOBRE O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS. Revista Direito GV. V. 1 N. 1 | P. 041 – 066. Maio 2005.

As instituições podem ser políticas que, fazem referência às organizações fundamentais de um Estado ou de uma nação. Estas instituições são os órgãos do poder soberano no território em questão. A área que se define pela investigação da dinâmica e das consequências das instituições formais basilares dos regimes democráticos, nomeadamente, o sistema eleitoral, o sistema de governo, o processo legislativo, a forma do Estado e o Judiciário. Então, mesmo as instituições formais como às não formais, agem em um território e em uma sociedade, moldando seus comportamentos, suas crenças e geram influência no processo de desenvolvimento humano, político, social e ambiental de um dado local.

Frente a isso, ao citar North, Cavalcanti (p. 85, 2007) salienta que:

> As regras formais podem ser controladas e mantidas de forma mais direta pelo Estado, que pode agir sobre as legislações que regem o comportamento das firmas e dos indivíduos. O instrumento utilizado pelo Estado em última instância para garantir as regras formais é o uso do seu poder de polícia. As regras informais são códigos de conduta não escritos e seguidos tacitamente pelos indivíduos (North, Cavalcanti, p. 85, 2007).

Para Cavalcanti (2017, p. 86) em suas análises sobre o desenvolvimento e as melhorias que ocorrem atreladas a presença de "boas instituições" que estimulam promovendo a aprendizagem de novas habilidades que segundo sua perspectiva, produtivas, mas ressalta que as consideradas "boas instituições" não conseguiram atingir o mesmo patamar de desenvolvimento das economias mais ricas conquistados na atualidade. Segundo o autor existem duas situações problemas que foram levantados, "um teórico e outro prático" No problema prático o fator pontual seria mais por problemas ocasionais, já que dentro desta causalidade verifica-se a responsabilidade de ascensão sendo diretamente ligadas as instituições, este pensamento específico choca com a historiografia que traz evidências que contrapõe este argumento, que confrontado com a segunda conjectura apontada pelo autor sendo este um "problema prático" que seria a inexistência de um padrão que permitisse o estimulo e progresso que projetem o desenvolvimento em regiões que possuem escassez de oportunidades, sendo estas consideradas pouco desenvolvidas e desfavorecidas de "boas instituições".

Seguindo às analogias de Cavalcanti (2017, p. 86) possíveis respostas para estas duas situações levantadas

anteriormente podem ser observadas, a partir da "aceitação das duas possibilidades teóricas". De acordo com a narrativa do autor dentro da história pode-se analisar momentos aos quais para obter-se o desenvolvimento das "boas instituições" é necessário estudar "que instituições são essas" e o seu grau de desenvolvimento no período historiográfico específico, pois se deve levar em conta a expansão mercadológica e a economia regional os aspectos sociais, políticos e culturais existentes e como se estabelece essas relações mutuas se há reciprocidade.

A partir destas analises realizadas por Cavalcanti (2017) se a intenção for de intervir diretamente nas atividades econômicas, mudando a política é essencial que a forma de condução desta ação tenha como foco o comportamento dos indivíduos diante de suas "atividades produtivas". Para o autor estes acontecimentos se tornam imprevistos que temporizam estas mudanças nestas "instituições formais" propícios há atingir o padrão de desenvolvimento da uma sociedade específica.

Por meio da argumentação de Furlanetto (2008) sobre a "dimensão institucional do desenvolvimento", destacam-se três pontos, o primeiro seria o território local que tem sua particularidade que engloba a política local em relação ao desenvolvimento, o segundo seria a participação da sociedade direta e indiretamente, através das empreses públicas com metas definidas para a execução destas diretrizes e a terceira a parceria com as entidades privadas para através dos ajustamentos do planejamento plurianual com objetivo de reavaliação da realidade econômica e social do município, sendo assim visando à transparência da governabilidade e um maior controle orçamentário local. Para o autor "É dentro desse contexto que surge a possibilidade de aproveitar-se o conceito de capital social", se de fato esta ação conjunta envolvendo o poder publico e a sociedade abrangendo tais características que na visão Putnam (1993, p. 177-

179) no que se refere a um controle de qualidade dentro de um sistema de eficácia este interfere diretamente na produtividade das instituições, podendo modificar o desenvolvimento da região e local especificamente.

De acordo com Arendt (et. al., 2012) onde eles abordam o velho institucionalismo sendo as ligações de poder que exercem a influência direta no mercado econômico, que estão correlacionadas as forças e oportunidades, porém estas mediante as divergências de interesses e ferramentas de restrição entram em choque, mas este destaque na ligação entre o poder e a economia de mercado sempre foram pontuadas por atritos envolvendo interesses e forças, que para os autores é "o abandono da imagem da sociedade e da economia como um sistema autorregulado" algo que está intrínseco na história ao se relacionar a organização social e as instituições a partir de um processo de evolução dentro do desenvolvimento especifico correspondente a cada período.

Arendt (et. al., 2012), também, ao analisar a Nova Economia Institucional, partem da premissa de que existem custos de transação nas economias devido as incertezas na interação humana e sua diminuição decorre da existência de instituições que exercem força sobre comportamentos, podendo ser nocivos para as relações sociais. A existência de instituições que visam isso proporcionam menores custos, maior atuação dos agentes econômicos e sociais no local ou território, portanto, impactam favoravelmente no desenvolvimento.

Ao realizar análise mediante abordagem das bibliografias existentes sobre o papel das instituições no desenvolvimento de determinada região, observa-se que os autores discorrem sobre as elas mencionando que estas exercem um papel efetivo sobre os impactos socioculturais, por meio de políticas que alteram o sistema organizacional, mas tais mudanças nos mecanismos influenciam diretamente

no desenvolvimento local, pois exercem controle no comportamento dos indivíduos pertencentes à determinada região, transformações que podem ser destrutivas, uma vez que estas alterações influenciam o meio que estão inseridas modificando os aspectos culturais locais. Com fundamento nas bibliográficas existentes estas relações empíricas podem ser analisadas através de argumentação teórica, por meio de registros historiográficos que trazem a dimensão destes impactos nas relações sociais, políticas e econômicas na organização de instituições em determinadas áreas ou regiões, podendo ser positivas ou negativas dependendo da ação realizada atemporal.

2.3. Dinâmicas territoriais

Para entendermos as dinâmicas existentes nas transformações dos territórios[5], precisamos imergir, dentro do contexto histórico, compreender as transformações sociais, as migrações a formação econômica, as culturas, entre outros elementos. Entender a dinâmica dos territórios passa por entender o construto território. O que vem a ser? Gehlen e Riella (2004) abordam território como uma realidade complexa, que é dinâmico e se transforma permanentemente. Para os autores o território reflete as dinâmicas físicas, socioeconômicas e culturais de um dado contexto regional.

O território, segundo Castillo e Frederico (2010), como espaço geográfico é um híbrido constituído por uma combinação entre si de elementos materiais, tanto

[5] "Nos últimos anos, ganhou expressão na sociedade brasileira o reconhecimento da necessidade de se compatibilizar as formas de ocupação e uso do território com as suas potencialidades. É fato que a compreensão das dinâmicas territoriais exige um exame das singularidades destes processos, cujos desdobramentos constroem o espaço social e moldam o território". Fonte: SIGNORI. Júlio Miragaya e Leandro POLÍTICAS URBANAS E REGIONAIS NO BRASIL. A Importância da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) para o Desenvolvimento Sustentável Brasileiro p.137. 1ª Edição Brasília Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / FAU- UnB 2011

naturais como construídas historicamente, e com normas (instituições) sociais, políticas, jurídicas, culturais, que regulam o uso, o acesso e a propriedade das coisas. Portanto, a construção histórica também é uma construção de relações, hábitos, e estrutura social e de poder.

Gehlen e Riella (2004) apontam que o território é algo que vem se construindo e, atualmente, está em paralelo com o conceito de globalização, opondo-se a ela, por vezes, em virtude das possibilidades de valorização de suas especificidades locais e regionais no enfrentamento da pressão por uniformidade. No entanto, Castillo e Frederico (2010) salientam, que em determinadas regiões, por pressões oriundas do modelo de acumulação, muitas vezes pautados por escolhas tecnológicas, os territórios se uniformizam alicerçados nessas escolhas. Exemplo disso é a modernização da agricultura ocorrida no Brasil, a partir de 1960, com a revolução verde, sofrendo impulso maior na década de 1970, e a expansão das fronteiras agrícolas no cerrado, fortalecendo o modelo produtivo e de acumulação como um elemento de caracterização e uniformidade territorial.

Considerando essas visões percebe-se que os territórios podem modificar-se, podem buscar valorar seus elementos naturais e materiais, associar e desvincular com o modelo de acumulação vigente, opondo-se, em parte, a uniformidade, sendo assim, um instrumento para o desenvolvimento econômico e social.

Como associar e desvincular? Dificilmente uma escolha tecnológica e produtiva pode ser alterada no curto prazo, pois há uma dependência da trajetória, pois normas formais e informais já constituídas exercem uma pressão sobre as escolhas, presentes e futuras, dos rumos do território, portanto, a associação aos modelos vigentes é essencial. O desvincular-se está em ir formando estruturas que valorizem coisas únicas do espaço territorial, elementos

naturais, históricos, culturais locais, que podem somar-se à trajetória vigente, mas que podem nascer de forma inicialmente desvinculada no seu âmago.

É importante lembrar que o território é tido como “um espaço social produzido e delimitado por um entorno que o ordena” (GEHLEN e RIELLA, p.21, 2004), portanto, esse entorno tem que ser analisado, principalmente as estruturas socioeconômicas que estão ligadas às estruturas de poder e institucionais que regem, de alguma forma a dinâmica local.

Para melhor entender, Mélo (2004) traz uma conceituação de território com a noção de Bourdieu (1989 e 1996), onde território, enquanto noção operacional é entendida como um espaço sócio histórico que se configura através de disputas materiais e simbólicas e onde se define as posições dominantes e dominadas que se caracterizam a partir de especificidades de ordem histórica e geopolítica. Nesse momento se forma uma estrutura de poder e que, em muitos casos, está associada ao modelo produtivo e competitivo, baseado em um modelo de acumulação.

Todavia, a configuração de um território é complexa, histórica e mutável, sendo que esses elementos dão ao território características específicas, que, em muitas vezes, podem se assemelhar com outro espaço, mas mantêm certa identidade, portanto não são idênticas. Isso faz do território, único, capaz de formar uma identidade, uma identidade territorial. Essa identidade pode iniciar se desassociando do modelo vigente e, posteriormente, criando certa associação.

Quando se fala em identidade territorial é importante compreender seu sentido. A identidade territorial é uma identidade definida pelo território e a partir dele e havendo uma relação de apropriação pelos indivíduos que ali residem. Para Derroso e Cury (2019), vários componentes interferem na constituição da identidade territorial, que para eles é a construção de identidades pessoais a partir

de vários elementos que estão presentes no território e que os indivíduos executam apropriações de sentido e significados, incorporando esses para si. Que elementos são esses? Desde a história, as tradições, as formações culturais, os personagens heroicos, os simbolismos, as formas de produção, os elementos naturais do relevo, da flora, da fauna, entre outros, portanto uma complexidade que cada território apresenta frente a sua evolução e dinâmica.

Nesse contexto, a análise do território fronteiriço da América do Sul, aplica-se após um longo período histórico de desacordos entre as coroas ibéricas, que vigoraram os países entre Espanha e Portugal. Com o Tratado de Santo Ildefonso de 1777 a alteração da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, ocorreu "no contexto do acirramento da guerra europeia, leva ao capítulo final da saga da Colônia de Sacramento. Acordo que seria rompido por meio do manifesto de Dom João, ao qual declara nulos os acordos em 1801" (ARMSTRONG, 2014, p. 126).

Os fatos posteriores à nulidade deste acordo, inicialmente, a invasão de Portugal sobre territórios hispânicos tomando a Banda Oriental na América do Sul, será, mais uma vez, as dinâmicas das potências europeias que acabaram por ditar o destino de Sacramento. Neste novo período, Portugal procurou manter o fortalecimento de sua influência mercadológica e política para solidificar sua economia ~~isso~~ em plena Revolução Industrial, buscando o seu equilíbrio mediante acordos e unindo forças.

Segundo Armstrong (2014) estes acordos políticos mercadológicos envolveram as dinâmicas territoriais, que ocorreram entre o "Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves e as recém-independentes Províncias Unidas do Rio da Prata". Mas, Portugal, aproveitando o momento de fragilidade das ex-colônias conseguiu sua autonomia, aproximando as relações comerciais, com a coroa britânica, em sequência incluindo a Banda Oriental, fato que promoveu

a criação da Província da Cisplatina, mas não cessou com os conflitos sobre as fronteiras regionais que seguiram no decorrer dos anos até o início da Guerra Guaçu.

A Guerra Guaçu[6] ocorreu de 1864 a 1870 os motivos do conflito foram por atritos sobre as dinâmicas territoriais as politica internas e externas e os fatores mercadológicos das navegações dos rios do Prata. Ao se iniciar as movimentações militares no território da província de Mato Grosso com a intervenção do Império do Brasil no Uruguai, contra o Partido Blanco que se encontrava no poder, por discordar dos impostos e taxas sobre o produto de criadores brasileiros que residiam no país, além da manutenção do regime de mão- de-obra nas fazendas, que os brasileiros mantinham escravos em um território onde a escravidão era proibida. "O problema dos gaúchos no país vizinho foi determinante para levar o Brasil a invadir o Uruguai" (MENEZES, 2012, p. 9).

Outro ponto que o Menezes (2012) descreve que o conflito seria a política imperial do Prata, pois prejudicou muito o comércio, afetando diretamente o Paraguai, que apoiava os *Blancos*, pois mantinha uma relação mercantil com os uruguaios. O Paraguai se considerava amaçado pela imposição política do Império do Brasil, pois o mesmo habitualmente interferia na política interna de seus vizinhos, especialmente o Uruguai.

Sobre a Guerra Guaçu a batalhas na Província de Mato Grosso passou por episódios importantes que levaram a derrota paraguaia, como a Batalha do *Riachuelo*, a vitória da marinha do Império do Brasil em junho de 1865 decidiu o bloqueio das navegações em favor aos aliados e o controle

[6] Segundo NUNES, mariana em seu artigo "guerra do Paraguai e sua Ideologia" A ideia principal que serve como justificativa para a guerra está em relacioná-la com a questão das fronteiras na América do Sul, explicitando as rivalidades existentes na região e o confronto de interesses, sendo fruto da herança colonial de Portugal e Espanha em torno do controle da navegação na bacia do Prata. Fonte: www.historia.uff.br/cantareira. ISSN 1677-7794. consultado em 3 de agosto de 2018.

da navegação. No ano de 1869 a conquista de Assunção por Duque de Caxias na sequencia as duas derrotas massivas de *Piribebuy* e *Campo Grande* destruindo o contingente do exercito paraguaio finalizando o conflito em março de 1870 com a morte de Solano López na região do Cerro Corá a cerca de 40 km da cidade de Pedro Juan Caballero.

De acordo com as argumentações de Souza (2015) no pós-guerra inicia-se a fase de exploração do território anexado pelo império do Brasil, uma grande companhia ervateira, que adquiriu o direito de livre exploração de milhões de hectares de erva mate nativa. Este fato se deu através do decreto imperial n. 8799, de 9 de dezembro de 1882, ao gaúcho Thomaz Larangeira, que foi concedida a permissão para "colher erva-mate nos terrenos devolutos que demoram nos limites da província de Mato Grosso com a República do Paraguai, entre os marcos do Rincão de Julho e cabeceiras do Iguatemi, partindo de Leste para o interior.

O surgimento da Companhia Mate Larangeira está vinculado à Guerra do Paraguai, com o termino da guerra o governo imperial constituiu uma comissão demarcadora de limites, chefiada pelo coronel de engenharia Enéas Gustavo Galvão, tendo por incumbência a demarcação de fronteiras entre o Brasil e o Paraguai. "A criação, instalação e instabilidade de empresas para a exploração de erva mate nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai têm relação com desdobramentos de conflitos entre países platinos no século XIX" (GREGORY, 2011, p. 3).

Segundo Gregory (2011) no pós-guerra[7], algumas personalidades pleitearam recompensas alegando contribuições feitas às campanhas militares. Francisco Mendes Gonçalves e Thomaz Larangeira, importantes empresários ~~estes~~ ligados à atividade ervateira, destacaram-se por fornecerem víveres para o exército brasileiro. Francisco Mendes Gonçalves fundou, em 1874, a Sociedade Comercial Francisco Mendes & CIA, com sede em Buenos Aires, Argentina. Esta sociedade dedicava-se à exploração, industrialização e comercialização da erva mate recebida do Brasil e do Paraguai. Thomaz Larangeira, por sua vez, já realizava a exploração de erva mate, principalmente no Paraguai. "Em 1882, através do Decreto Imperial nº 8799/1872, obteve o privilégio de exploração de ervais nativos nos terrenos devolutos da fronteira até a cabeceira do rio Iguatemi" (GREGORY, 2011, p. 3).

Segundo o autor durante o período vigente da exploração de erva mate a Cia Mate Laranjeiras, não poderia: "caçar, pescar ou extrair madeira de lei para comercialização, somente para seu uso próprio. Era obrigado a mandar para o museu nacional vestígios de animais, minerais ou qualquer outro objeto pertencente à "raça aborígine" (índios). Previam- se, também, multas, caso não fossem cumpridas as cláusulas estabelecidas, além disso, a exploração ocorria por arrendamento de terras devolutas, o que teria gerado um monopólio na posse de terras e severa submissão de mão de obra" (BIANCHINI, 1994, p.20-21).

De acordo com Reis (1981) através de suas pesquisas argumenta que a partir do ano de 1895 após o

[7] "a Guerra do Paraguai trouxe novas oportunidades de exploração dos recursos regionais ao ter possibilitado a abertura do rio Paraguai à navegação, abrindo "a brecha necessária aos investimentos de capital na região mato-grossense, tanto no setor da produção agropecuária como, principalmente, no comércio importador exportador" A expansão das fazendas de gado na região também contou com investimento de capitais estrangeiros que adquiriram centenas de milhões de hectares para o desenvolvimento da pecuária extensiva". (SILVA, 2011, p 9.10 *apud* CORRÊA, 2006, p. 52),

fim da revolução federalista ocorrida no rio Grande do Sul no Governo Republicano de Floriano Peixoto, "começaram a aportar às fronteiras de Maro Grosso as levas Rio-grandenses. Que vinham se radicar neste recanto do solo brasileiro". Mas essa migração sulista já tinha ocorrido no pós-guerra com o intuito de explorar as riquezas existentes na região e povoar a província de Mato Grosso[8].

Ao analisar a historiografia existente sobre os acontecimentos posteriores à Guerra Guaçu, o que seguiu foi um período de monopólio[9] territorial da companhia Mate Larangeira[10], com a exploração da extração de erva mate nativa, assim como a caça e pesca, que perdurou entre o século XIX para XX. Entre 1926 e 1929, a Cia ervateira, por várias vezes, concedeu empréstimos em dinheiro para o Governo de Mato Grosso e assumiu o compromisso de construir vários prédios públicos, conseguindo a renovação das concessões perdurando por longo período principalmente na região de fronteira entre Brasil e Paraguai, quando teve início as novas políticas públicas através do governo federal.

[8] "Nem todos os integrantes das comitivas que vinham do Rio Grande do Sul, via Argentina e Paraguai, se dirigiam, logo de chegada, para os campos mato-grossenses, visando à fundação de fazendas. Muitos, pelos mais variados motivos, preferiam acampar no vilarejo de (Punta Porã) Ponta Porã" (REIS, 1981, p. 56).

[9] Ibidem: Corrêa (2006, p. 72). "Nesse contexto, a posse da terra na região tornou-se monopólio de um reduzido grupo, caracterizando um processo de concentração de terra e a formação de uma elite de grandes proprietários, marginalizando, em contrapartida, uma grande maioria da população que, como alternativa de sobrevivência, teve de vender sua própria força de trabalho"

[10] "a Matte atuava como tampão para a subida de migrantes oriundos do sul do país". Além de arrendar extensas áreas variavelmente em torno de mais de um milhão de hectares, a Matte era proprietária de vastas extensões de terra (FOWERAKER, p. 134). Conforme Arruda (1997, p. 55), "no município de Ponta Porã, a Matte seria proprietária de 300.000 hectares e arrendatária de 1.330,000 hectares. Fonte: OLIVEIRA. Benícia Couto de. Histórias que (re) contam história : análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul - Dourados : Ed. UFGD, 2013. 142p

Neste mesmo período aproximadamente em 1938 no governo de Getúlio Vargas ocorre a abertura do projeto denominado de "a marcha para oeste", com a proposta de colonizar as terras da região Centro Oeste do Brasil, um programa do Estado Novo que tinha como metas promover uma inovação da infraestrutura, através da implantação de uma modelo de desenvolvimento regional com construções e modernizações de instituições ligadas a saúde educação e planejamento do interior com alongamentos de ferrovias, construções de aeroportos e estradas, o que pode se visualizar na região de fronteira com a construção da linha férrea Noroeste do Brasil com terminal em Ponta Porã. "O reconhecimento por parte dos intelectuais ligados ao Estado Novo da importância do domínio espacial do território como elemento constitutivo de identidade nacional impulsionou o projeto da Marcha para Oeste" (CALONGA, 2015, p.127).

Segundo Amaral (2014) em sua análise por meio de contextualização comparando com as pesquisas realizadas por Oliveira (2013) discorre que quando ocorreu a "Marcha para o Oeste" para promover a migração e o povoamento da região Centro Oeste especificamente Mato Grosso, esse território era denominado como "vazios", essa migração encontrou dificuldades, pois a existência da empresa Matte no vasto território era forte, para resolver este entrave intitulado dos espaços "vazios" sobre a ocupação deste território em questão de acordo com pesquisa realizada por Danilo Leite Moreira[11] "só começou a ser resolvido através do que se pode considerar como sendo uma jogada política do governo ao criar o Território Federal de Ponta Porã[12]". (AMARAL, 2014, p. 154)

[11] Ibidem: MOREIRA, D. L. Dos espaços "vazios" ao processo de colonização particular: uma breve história do processo de ocupação do sul de mato grosso, atual mato grosso do sul. Disponível em: http://www.finan.com.br/pitagoras/downloads/numero3/dos-espacos-vaziosao-processo.pdf

[12] [...] "para a professora Benícia Couto de Oliveira: Portanto, as iniciativas, como, por exemplo, a complementação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) de Campo Grande a Porto Esperança em Corumbá e o Ramal de Ponta Porã que ligava o Brasil com a república

O Decreto-lei n° 5 812, que criou o Território Federal de Ponta Porã[13], estabeleceu que o mesmo fosse formado pelo município de Ponta Porã (onde foi instalada a capital) e mais seis outros sendo eles: Porto Murtinho, Bela Vista, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracaju. Com articulações políticas a capital foi transferida para Maracaju em 31 de maio de 1944 (Decreto-lei n.° 6 550), e novamente voltando a Ponta Porã em virtude de Decreto de17 de junho de 1946.

Estas ações que ocorreram no pós-guerra tornaram a região essencialmente agrícola na dependência da produção de matéria-prima incialmente na exploração de erva mate e madeira, e subsequentemente da produção agropecuária, que perdura até atualidade, sendo esta a principal fonte de renda do estado de Mato Grosso do Sul[14] e da região objeto de estudo. As marcas da guerra mesmo após 150 anos do termino do conflito no desenvolvimento sócio cultural e econômico são visíveis na atualidade na fronteira de Ponta Porã – BR com Pedro Juan Caballero – PY, a cidade paraguaia por ser tratar de uma capital do interior do estado com uma politica econômica diferenciada

vizinha do Paraguai e da Bolívia, bem como a criação do Território Federal de Ponta Porã e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foram idealizados com o objetivo de nacionalizar as fronteiras e desestruturar a Matte Larangeira para povoar a região. Porém, para realizar essas obras, o governo estadonovista enfrentou barreiras locais. Acredita-se que a barreira mais difícil tenha sido a Matte Larangeira, uma vez que ela monopolizava o arrendamento das terras devolutas povoadas por ervais" (AMARAL, 2014, p. 154 *apud* OLIVEIRA, 2013, p.13).

[13] Fonte: SANTOS, Lúcia De Moura. O TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ – 1943-1946. XIII Encontro Regional de História. História e Democracia: possibilidade do saber Histórico. Coxim MS. 8 a 11 de Novembro de2016.

[14] "O Mato Grosso do Sul é o estado brasileiro com a maior presença de paraguaios. Albuquerque (2010) utilizando-se de dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, afirma que moram no estado cerca de 80 mil paraguaios. Já, segundo estimativas, ainda que imprecisas, da Colônia Paraguaia no Mato Grosso do Sul, residem em torno de 300 mil paraguaios e descendentes no estado, sendo que destes, pelo menos 80 mil estão em Campo Grande e 50 mil em Dourados" (MONDARDO, 2013, p. 71).

esta muito além em termos de crescimento econômico do que sua vizinha a cidade brasileira que por se tratar de uma cidade de pequeno porte localizada no interior do estado de Mato Grosso depende exclusivamente da sua produção de commodities que tem na agropecuária sua principal força econômica e de tributos.

A guerra como fonte de renda, não é explorada por nenhuma das duas cidades fronteiriças ou incentivada por seus países, região que foi palco do início e fim da Guerra Guaçu, com sequências de conflitos e estratégias militares em um período que marcou a história da América Latina, poderia se tornar um atrativo turístico histórico-cultural se as cidades seguissem se apoderando desta identidade historiográfica que é a Guerra Guaçu, pro meio de um trabalho em conjunto para movimentar a economia local e regional, gerando empregos diretos e indiretos promovendo o desenvolvimento através de outras fontes econômicas melhorando a imagem das duas cidades gêmeas da região fronteiriça.

2.4. Impactos da Guerra Guaçu no desenvolvimento do território

Aqui se busca analisar as respostas dos educadores da região, com relação aos impactos do conflito no desenvolvimento do território. Para isso foi utilizada a análise de conteúdo iniciando pela contagem de palavras significativas para ter um indicativo do conteúdo trazido pelos respondentes. A Figura 9, retirada do tratamento dos dados no Software NVIVO 11, mostra as palavras mais citadas nas respostas o que permite que se possa ter uma noção do que foi abordado.

Figura 9 - Nuvem de palavras mais citadas nas respostas

Fonte: dados da pesquisa 2019. Dados da Pesquisa tratados no Software NVIVO 11

Palavras que aparecem com frequência nas respostas dão um indicativo do conteúdo tratado pelos respondentes. “Nota-se a presença de palavras como: “guerra”, “conflito”, “Brasil”, “Paraguai”, “paraguaios”, “paraguaio”, “Paraguay”, “povos”, “terra”, território”, “desenvolvimento”, “rivalidade”, “prejuízos”, “prejudicando”, “perderam”, “perder”, “preconceito”, “desenvolvimento”, “econômico”, entre outros. Percebe-se um grande número de palavras que se referem ao Paraguai ou seu povo e muitas palavras que significam perdas, o que indicam que os respondentes analisam o conflito como algo negativo para os países, e que há relação com questões de desenvolvimento, territoriais e culturais, que envolvem preconceitos e rivalidade.

Esse indicativo passa a ser analisado com maior profundidade ao buscar-se categorizar as respostas e interpretar as citações que apresentam as palavras que

sugerem a linha de interpretação acima comentada. Para obter respostas, que possibilitem auxiliar na compreensão, no que se refere este estudo sobre a Guerra Guaçu – Causas e Consequências: Um Estudo Historiográfico e de Campo na Região de Fronteira. Foi elaborado, questionário e distribuído aos educadores locais.

Outra ferramenta utilizada foi google.doc para dar agilidade na coleta de dados ambos os instrumentos de pesquisa tem como intuito, obter dos educadores sua analogia sobre a percepção existente, com relação aos impactos da Guerra Guaçu, no desenvolvimento do Território Regional. A questão foi elaborada em texto único, com três indagações norteadoras, para ser analisado e respondido pelos educadores, sobre o impacto da Guerra Guaçu[15] no desenvolvimento do território atual. Foi descrita a seguinte pergunta:

> A Guerra Guaçu (Guassú) de (1864-1870) também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai, ocorreu em grande medida na antiga província de Mato Grosso, tendo envolvido o território onde hoje se localizam as cidades de Ponta Porã (MS-

[15] Segundo Amado Luiz Cervo: “As alternativas de inserção internacional que se colocaram aos povos do liberal século XIX eram estreitas, um núcleo central do capitalismo europeu haveria de acompanhar o progresso econômico, ideológico e político, por efeito de contágio e de expansão natural, porque desenvolveu o conhecimento, os meios técnicos, as instituições e o mercado interno ou entre a produção primária e mercado externo”. “[...] Por meio desta afirmação de Amado Luiz Cervo, podemos observar a construção de uma conjuntura internacional que irá acomodar certos países latino-americanos de forma diversa, diferente do que se passará com outros lugares do mundo (África e Ásia no período posterior a 1870)”. “[...] No caso do Paraguai, se este não encontrou a “receita” do planejamento interno e externo da economia, mas sim, se desenvolveu dentro das possibilidades do sistema internacional em construção, tal sistema passou a ser erigido a partir do Congresso de Viena em 1815”. (MAESTRI, 2012 *apud* ARMANDO, 2011). Fonte: MAESTRI, Mário Tasso Fragoso e a Guerra da Tríplice Aliança. História e ideologia. O Olho da História, n. 18, Salvador (BA), julho de 2012.

BR) e Pedro Juan Caballero (AMAMBAY-PY). Comente sobre os impactos no desenvolvimento social, econômico e ambiental, desse território em virtude da Guerra. O que buscamos entender é um pouco das suas percepções sobre o desenvolvimento atual do território (social, ambiental e econômico) e suas relações com a Guerra Guaçu (Guassú).

Após coleta e tratamento dos textos dos entrevistados, foi elaborada uma tabela, contendo a transcrição das principais respostas selecionadas, mediante respostas dos professores (educadores) da região de fronteira[16] em especial das cidades fronteiriças, (Ponta Porã BR e Pedro Juan Caballero PY)[17].

[16] "A linha de fronteira, que demarca o limite internacional no contexto urbano, constitui-se numa estreita faixa de terra, com aproximadamente 13 km de extensão, tangenciada pela Avenida Internacional, no lado brasileiro, e pela rua Dr. Francia, no lado paraguaio. As duas cidades se desenvolveram ao longo dessa linha divisória, através da qual se estabeleceram as casas comerciais e as residências de paraguaios e de brasileiros". (NASCIMENTO, 2015 *apud* LAMBERTI; OLIVEIRA, 2008)

[17] Segundo Nascimento (2015) em sua pesquisa sobre a fronteira "O nome da cidade, Pedro Juan Caballero, é em homenagem ao capitão Pedro Juan Caballero, um dos líderes da independência do Paraguai. A cidade esta situada a 536 km de distância de Assunção e a 596 km de Ciudad del Este. Sua economia gira em torno da agricultura, da pecuária e do comércio. Capital do XIII Departamento de Amambay faz fronteira seca com o município brasileiro de Ponta Porã, localizado no Estado de Mato Grosso do Sul. Pertencem ainda ao Departamento de Amambay as cidades de Bella Vista e Capitán Bado. (Martins, 2007) Conforme as informações de Goiris (1999), a cidade de Pedro Juan teve origem às margens de uma pequena lagoa chamada Lagoa Punta Porá – atualmente, Parque Municipal – e teve como economia inicial o processamento de erva-mate e a exploração das florestas que ficam em seu entorno. Teve crescimento considerável a partir da segunda metade do século XX marcado pelo crescimento do comércio e de atividades voltadas ao turismo" NASCIMENTO, Valdir Aragão do Fronteiriço, Brasileiro, Paraguaio ou Brasiguaio? Denominações Identitárias na Fronteira Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, MS, Brasil. DOI: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2014v16n1p105

Desta maneira, prosseguir com as análises qualitativas, dos textos que tem correlação com o questionamento proposto, a ser verificado no Quadro-1, que serviram de base para examinar a visão dos munícipes de cada localidade[18] de forma qualitativa, para embasamento neste objeto de estudo de campo que agrega no contexto da pesquisa sobre as causas da Guerra Guaçu.

[18] "Nosso preconceito diário: como se forma? Como desconstrói? O debate sobre preconceitos entre gerações, gêneros, religiões, etnias, classe social, entre outros, ganha visibilidade nos dias atuais, como se fosse o trabalho do presente, embora exista permanentemente na história da humanidade. O preconceito nem sempre é apresentado da mesma maneira, é constantemente reformulado no jogo das relações sociais e precisa ser entendido e, se possível, evitado. Mas, enfim, o que é preconceito? Preconceito nada mais é do que senso comum. E o que é senso comum? Um conjunto de crenças, valores, conhecimentos e atitudes que consideramos naturais porque, transmitidos de geração em geração, sem questionar, nos dizem como as coisas são e quais os seres humanos valem, como devemos avaliar e julgá-los. O senso comum é a realidade como transparência: tudo é explicado e em seu lugar. Quando o senso comum se cristaliza como uma maneira de pensar e sentir da sociedade, forma o sistema de preconceitos. O preconceito, como a palavra indica, é uma ideia anterior à formação de um conceito. O preconceito é a ideia preconcebida, ao trabalho de concepção ou conceitualização realizado pelo pensamento". (PEREIRA, 2014, p. 96 *apud* CHAUÍ, 1998).

Quadro 1 - Impactos da Guerra Guaçu

Linha	Entrevistado	Transcrição das respostas
01	P-1	"La guerra tuvio, mas impactos negavos para el Paraguay en los aspectos social, economico y ambiental. A perder gran parte de su poblacion. El Paraguay se vió sumergido en un retrazo social y econômico".
02	P-2	"El Brasil y la Argentina se han favorecido de esa riqueza natural. Por otro lado dos importantes represas hidroelectricas Itaipú y Yacyretã generan energia y divisas que debe ser compartida con Brasil y Argentina. Si no hubiese esa perdida territorial talvez esos recursos podrían ser aprovechados por el Paraguay y reverdo a su poblacion en mejor calidad de vida.
03	P-3	"O Paraguai nunca mais voltou a ser um país com um bom índice de desenvolvimento industrial e econômico".
04	P-4	"A vida de todos os habitantes do Paraguai foi drasticamente alterada, e o país foi subjugado pelos vizinhos tornando-se uma espécie de colônia onde quem toma conta de verdade são pessoas de outra nacionalidade, especialmente os brasileiros que são donos de grandes propriedades em solo paraguaio".
05	P-5	"A guerra deixou grandes prejuízos tanto no Brasil como no Paraguai, que foi arrasado. Aproximadamente 80% da população masculina foram dizimadas e o que restou eram velhos, crianças, mutilados de guerra. A guerra parou as indústrias e a população passou a viver basicamente da lavoura de subsistência. Perdeu parte do território para a Argentina e a dívida de guerra com o Brasil, só foi perdoada em 1943 por Getúlio Vargas".
06	P-6	"Depois da guerra, o Brasil anexa terras que eram paraguaias e passam a pertencer ao Brasil e a colonização de Ponta Porã se dá justamente pela exploração de erva mate que havia aqui (nativa em Abundancia)".
07	P-7	"Afetou a mata com a criação de fazendas com utilização de agrotóxicos, poluindo a vegetação e acabando com os animais existentes na região. Beneficiando somente os ricos donos das fazendas e comércios".

Fonte: Dados da pesquisa 2019. (Legenda: P-1, P-2, P-3, P-4, P-5, P-6 eP-7 = P/Professor). Foram selecionadas (7) sete respostas, sendo (5) no idioma Português e (2) no idioma Espanhol, que se enquadram dentro da análise proposta, das (14) retiradas através do tratamento dos dados no Software NVIVO 11.

Ao examinar as respostas do quadro-1, elaborado, através da criação de uma categoria principal denominada de: "Consequências da Guerra", acompanhando uma sequência, analógica dividindo-se, em três subcategorias, estas a serem abordadas posteriormente, que, se referem a ela, sobre a percepção, de cada um dos entrevistados. Os mesmos descrevem, sobre o impacto social, ambiental e econômico, mencionando, que o grande endividamento das nações, contraído ao longo do conflito, o Paraguai foi mais prejudicado com a guerra, segundo análise textual dos respondentes do quadro-1.

A Guerra foi gerada, por desacordos internos e externos, se percorrermos, informações, existentes

na percepção histórica, evidência a reinvindicação de terras, invadida pelo império do Brasil, que provocando grande parte das batalhas, estas, acorrendo em terras paraguaias, que para os respondentes do questionário, causou grande devastação territorial ao Paraguai, por ser obrigada a abrir mão, dos litígios territoriais, que travava com Brasil e Argentina.

Estas ações no desenrolar do pós-guerra, gerou empobrecimento para ambos os lados, evidente nas respostas textuais do quadro-1, mas os entrevistados ressaltam que, sobretudo para o Paraguai, o prejuízo foi maior, a população paraguaia, padeceu por ter acumulado as maiores perdas no pós-guerra, que segundo observação descritiva, foi o gerador de conflitos internos e externos, entre os países envolvidos, afetando dentro da região de fronteira as relações, principalmente local, entre Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR).

O discernimento existente nas respostas evidencia que, no decorrer da Guerra Guaçu, o Paraguai sofreu isolamento, esse período foi que promoveu internamente grandes destruições, citados: campos, pastagens, reservas, energéticas, foram devastadas, e perdidas, estas poderiam garantir o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, por meio do aproveitamento desses recursos, que agora não podem dispor.

Quadro 2 Cultura pós-guerra

Linha	Entrevistado	Transcrição das respostas
01	P-1	"Dentre vários pontos que vejo que influenciam até hoje no desenvolvimento social é de como foi construída a cultura da mulher paraguaia: trabalhadora, guerreira e muito vaidosa".
02	P-2	"Em contrapartida, devido a escassez de homens no período pós-guerra a cultura de um homem ter várias mulheres, e de ser mais "tranquilo" em relação ao trabalho foi se construindo e pode ser notado até os dias de hoje".
03	P-3	"Na língua fronteiriça se fala o "portunhol", onde os fronteiriços misturam o português e o espanhol (que na realidade é castelhano) a fim de se comunicarem".
04	P-4	"A gastronomia também se mistura. O uso de produtos alimentícios como: milho e mandioca estão muito presentes até os dias de hoje, além da erva-mate, a qual foi o principal motivo para o surgimento da cidade de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, mesmo não sendo cidades com maior produção na região, demonstra sua forte influência até os dias de hoje".
05	P-5	"Culturalmente, tem-se a impressão de que se estagnou presa a um passado que comprometeu (e) duas nações, em termos de cultura, economia e sociedade, deixando clara a antipatia entre dois povos".

Fonte: Dados da pesquisa, 2019. Legenda: (P-1, P-2, P-3, P-4, P-5 = P/Professor). Foram selecionadas (5) cinco respostas, que se enquadram dentro da análise proposta, das (14) quatorze, retiradas através do tratamento dos dados no Software NVIVO 11.Fonte: Respostas extraídas da pergunta realizada, utilizando questionário impresso e google.doc. Encaminhado aos professores locais.

Segundo os textos transcritos no quadro-2, referentes à cultura no pós-guerra, sobre os impactos sociais, os respondentes ressaltam em suas respostas, ao se reerguer, o Paraguai buscou na sua origem nativa, força que proporcionou o repovoamento e reconstrução do país. Os respondentes mencionaram que, misturam o português com espanhol que se transforma em castelhano (isso ocorre nas regiões de fronteira com o Brasil), mas a língua guarani é usada por grande parte da população paraguaia, principalmente localizados no interior do país, juntamente com o idioma oficial espanhol.

Através da leitura observam-se as marcas, no povoamento quando mencionadas, as características da formação das novas famílias, essas ascendência étnica cultural, do povo paraguaio de origem nativa, ser acomodado em relação ao trabalho, foi se construindo ao longo dos séculos, e pode ser notada até os dias de hoje, essa característica rotulada a cultura guarani, proveniente do início da colonização, quando os portugueses e espanhóis por séculos, seguiram na tentativa de escravização dos índios locais, muitos destas tribos, optaram a lutar, a ser escravizado[19] seguindo a regra e domínio do homem branco.

Destacam que a Gastronomia paraguaia, sua culinária e extremamente rica, e reconhecida, com as tradições indígenas adquiriram o abito de consumir erva nativa no tereré, no mate quente, no cozido tradicional (chá) o uso da mandioca na culinária da região da fronteira, seguiu os séculos, a nova característica do povo paraguaio foi miscigenada. Mas apesar da grande imigração e repovoamento, as feridas da Guerra Guaçu, nunca cicatrizou o que se percebe no relato dos respondentes do quadro-2.

O sacrifício de muitas mulheres, matriarcas das famílias paraguaias é exaltado, o que pode se determinar dentro da historiografia que as mulheres paraguaias, tiveram, enorme papel na reconstrução do seu país, muitas emigraram para o sul de Mato Grosso, província quase despovoada, onde eram raras as mulheres.

[19] "Entre os fatores de uma progressiva desintegração religiosa guarani, Egon Schaden faz coro com outros autores ao apontar: os casamentos mistos (dado que o cônjuge não guarani dificilmente se integra em uma religião tribal); a imposição do trabalho do índio subordinado ao poder e à lógica de patrões brancos; a incorporação à vida da aldeia e aos códigos da tribo de princípios regionais de ordenação e atribuição de sentido à vida social, como e principalmente, uma nova hierarquia de pessoas não mais fundada em valores internos de base religiosa, mas em critérios "brancos", como a riqueza material".Fonte:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000300004 Acesso 10 de dezembro de 2019.

Quadro 3 - Mágoas entre povos

Linha	Entrevistado	Transcrição das respostas
01	P-1	"la guerra. El cual en mi opinion aun deja un resentimiento entre los dos pueblos".
02	P-2	"Na parte social temos um grande problema ainda devido a um certo preconceito ainda por parte dos brasileiros e também dos Paraguaios".
03	P-3	"Atualmente o impacto social é visível em relação a rivalidade entre os paraguaios e brasileiros, tal, fato, se deve aos conflitos gerados durante a guerra até mesmo competição e discussões culturais, preconceitos de hábitos e costumes, repressões linguísticas entre outros".
04	P-4	"Os brasileiros tem preconceito em relação aos paraguaios, por exemplo, chamar de preguiçoso e acomodado".
05	P-5	"Bem dentro do Paraguai existe uma mágoa preceptiva em relação ao Brasil, consideram que o país brasileiro

Fonte: Dados da pesquisa, 2019. Legenda: P-1, P-2, P-3, P-4, P-5 = P/ Professor). Foram selecionadas (5) cinco respostas, que se enquadram dentro da análise proposta, sendo (4) no idioma Português e (1) no idioma Espanhol das (14) quatorze, retiradas através do tratamento dos dados no Software NVIVO 11.Fonte: Respostas extraídas da pergunta realizada, utilizando questionário impresso e google.doc. Encaminhado aos professores locais.

Observando as respostas textuais expostas no Quadro-3, fica evidente que existe rivalidade entre, brasileiros e paraguaios na região de fronteira, mas, pode ser analisada dentro da historiografia, posterior ao conflito, quando iniciou a publicações sobre os fatos da guerra, inicialmente por tradicionalistas, dos países envolvidos na Guerra Guaçu, seguiu narrativas de soldados que participaram das batalhas, narrativas da população que sobreviveu, ultrapassando o século xx com os revisionistas e a nova história. Dentro da cultura de cada país foi implantada uma versão desta guerra, que gerou discórdia, mediante os fatos abordados em livros didáticos, e nos meios acadêmicos.

O Paraguai deflagrou uma luta armada contra a Tríplice Aliança a derrota, final somente após 5 anos de destruição, quando se visualiza as respostas dos respondentes no quadro-3, o país não se recuperou plenamente, das consequências da guerra.

O que gerou afastamento e brigas por gerações, envoltas a preconceitos, hostilidades devido às situações, expostas nas narrativas até hoje publicadas, existe a história oral, que é muito presente, principalmente no Paraguai, os descendentes repassam sua versão para nova geração, que estudam sobre os fatos nas instituições de ensino, que contribui para acirrar ainda mais essa discussão.

Segundo Doratioto (2002) dentro da nova história, descreve que, na época, existia litígio[20] de territórios no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso do Sul. "López usou a invasão ao Uruguai como desculpa, pois já havia mobilizado forças na fronteira mesmo antes disso acontecer e sem nenhum risco de ameaça", já para o historiador revisionista Chiavenato (1990 2 Ed.) observa ação de conflito, iniciada pelo, Paraguai, apenas como uma atitude de defesa dos interesses territoriais reivindicados pelos paraguaios, fato que segundo Chivanato, ocorreu, após o Brasil, invadir e atacar o Uruguai.

Existem varias versões que discorrem da guerra, ultrapassando as gerações, as pesquisas acadêmicas geralmente não chegam aos meios escolares, distante da população, muito difícil a mesma ter acesso, as informações de pesquisa cientifica.

As discussões que se formam em conversas, sobre quem tem razão, dentro do que aconteceu. E posterior, do que já foi escrito e falado sobre a Guerra Guaçu, algo que sempre trará magoas para os moradores da região de fronteira, muito longe de ter um fim.

[20] Ação ou controvérsia judicial que tem início com a contestação da demanda. Conflito de interesses; contenda, pendência. Fonte: https://www.dicio.com.br/Acesso 10 de dezembro de 2019.

Quadro 4 - Território

Linha	Entrevistado	Transcrição das respostas
01	P-1	"Boa parte do território paraguaio ficou para o Brasil, bem como a cultura, fauna e flora".
02	P-2	"Os paraguaios ainda reivindicam o território, por mais que seja em rodas de tereré, brincadeiras ainda querem suas terras"
03	P-3	"O impacto ambiental ocorreu no contexto da guerra Guaçu, onde a maior área de terras ficou para o Brasil e por conta disso os paraguaios tiveram que partir, para o desmatamento com o intuito de construir suas moradias".
04	P-4	"Os paraguaios foram totalmente prejudicados perderam muita extensão de terras para o Brasil".
05	P-5	"Eram terras com ervais navos que passou pós guerra para o Brasil. o impacto foi muito grande para todos os envolvidos, más para o Paraguai a perda foi muito maior levando a miséria que até hoje permanece".

Fonte: dados da pesquisa, 2019. Legenda: P-1, P-2, P-3, P-4, P-5, = P/ Professor). Foram selecionadas (5) cinco respostas, que se enquadram dentro da análise proposta, das (14) quatorze, retiradas através do tratamento dos dados no Software NVIVO 11. Fonte: Respostas extraídas da pergunta realizada, utilizando questionário impresso e google.doc. Encaminhado aos professores locais.

A disputa se concentrou na reconquista de território, essa informação esta destacada na resposta contextualizada pelos respondentes, no quadro-4. A Guerra do Paraguai gerou consequências, em diferentes graus, para todas as nações envolvidas. Econômica, social e territorial, visível nos dias atuais, a magoa dos paraguaios, quando se aborda as causalidades provocadas, mediante as ações, decorrentes durante a Guerra Guaçu. No caso da Argentina, a guerra resultou na consolidação do território argentino na região platina, algo que motivou os portenhos a participar juntamente com Brasil e Uruguai do conflito.

Para o Brasil, a guerra gerou forte impacto na economia, apesar de ter anexado grande parte do território paraguaio na região sul da província de Mato Grosso. O

Paraguai contraiu endividamento econômico, que provocou a queda do crescimento e desenvolvimento do país, perdeu área rica em ervais nativos, grande proporção de terras, com o novo limite de fronteira estabelecido, para o Brasil e Argentina, ao abrir mão dos litígios territoriais, dificultando seu comercio interno e mercadológico, pois perderá o controle dos principais rios de navegação.

2.5. Análises e discussões

Discussões e questionamentos fazem parte deste projeto de pesquisa tem como principal objetivo revisitar as causas da Guerra, e os impactos posteriores ao conflito, para visualizar na atualidade as influencias históricas existentes na região de fronteira, em especial nas Cidades de Pedro Juan Caballero Capital do departamento del Amabay - Paraguay e Ponta Porã Cidade do interior do Estado de Mato Grosso do Sul - Brasil.

O questionamento proposto foi o seguinte: A Guerra Guaçu/Guassu (1864-1870) também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai, ocorreu em grande medida na antiga província de Mato Grosso, tendo envolvido o território onde hoje se localizam as cidades de Ponta Porã (MS-BR) e Pedro Juan Caballero (Amambay-PY). Comente sobre os impactos no desenvolvimento social, econômico e ambiental desse território em virtude da Guerra.

O que buscamos entender é um pouco das suas percepções sobre o desenvolvimento atual do território (social, ambiental e econômico) e suas relações com a Guerra Guaçu/Guassu. O envolvimento da população, brasileira como esperado não foi expressivo, os paraguaios se manifesta, mas o ressentimento, envolto do patriotismo, apesar de não demonstrado diretamente, e visível quando abordagem e sobre a guerra, o motivo, desconhecimento do assunto, pois dentro dos

sistemas educacionais brasileiros, o conteúdo didático sobre a Guerra Guaçu ou Guerra do Paraguai, não e amplamente abordado, é mínimo, e com uma interpelação elitista, ressaltando sempre a vitória da Tríplice Aliança sobre o inimigo e ditador Solano López, o Brasil segue destacando os heróis da pátria e não as causas. Segundo pesquisadores que buscam entender, as ausências nos livros didáticos. "A hipótese é a de que, por não ser uma nação capitalista desenvolvida, o Brasil começou tardiamente a construir os manuais didáticos modernos e que a sua forma de realização ainda não ganhara, no século XIX, as características e a função que esses instrumentos do trabalho didático incorporaram na proposta comeniana". (ALVES, CENTENO, 2009).

A didática do lado Paraguai tem como foco a destruição, o terror da guerra, e a Tríplice Aliança, formada pelos países vizinhos ao Paraguai, como principal culpado ate os dias atuais. Ao observar as repostas ao questionário, o entendimento que os paraguaios, possuem e amplo sobre o conteúdo, devido à historiografia da Guerra, ser amplamente trabalhada no sistema educacional: "princípio vejo, vários impactos que não podemos dizer que foram positivos ou negativos". Boa parte do território paraguaio ficou para o Brasil, bem como a cultura, fauna e flora. "Muitos pontos influenciam até hoje no desenvolvimento social, é de como foi construída a cultura da mulher paraguaia: trabalhadora, guerreira e muito vaidosa". Mas na história regional tradicional, a mulher paraguaia foi tratada de outra forma, o que deixou mácula, além das existentes no povo Paraguai.

"A perda de território", florestas, fauna, flora, minerais, água e toda a biodiversidade relacionada ao meio ambiente, originalmente paraguaio, para o Brasil e Argentina, que se beneficiaram dessa riqueza natural, impactaram no desenvolvimento econômico do Paraguai, mas por outro lado, dentro de sua resposta ao questionamento das causas da Guerra Guaçu, evidencia duas importantes hidrelétricas

de "Itaipú e Yacyretã" que geram energia e divisas, que no seu entendimento, devem ser compartilhadas com o Brasil e a Argentina, Enfatiza que: "se não houvesse perda territorial, talvez esses recursos pudessem ser utilizados pelo Paraguai e reverter para sua população com melhor qualidade de vida". Deixando claro que quando o tema e abordado, de forma continua, no sistema educacional, a clareza dos fatos decorrentes do pós-guerra, vem fundamentado, dentro da contextualização, problematizando o crescimento e desenvolvimento econômico, suprimido que o país acumulou ao longo das décadas com o termino do conflito.

As respostas trazem a reflexão, sobre a construção de um estereotipo ilusório, que império do Brasil buscou criar da cultura paraguaia, que se seguiram na versão tradicionalista difundida no fim do conflito. Em resposta ao questionário é visível, a percepção dos moradores paraguaios da região de fronteira: "Em contrapartida devido à escassez de homens no período pós-guerra, a cultura de um homem ter várias mulheres, e de ser mais "tranquilo" em relação ao trabalho, foi se construindo e pode ser notado até os dias de hoje". A exploração de mão de obra, principalmente nativa[21].

De acordo com Freire (2014) em sua pesquisa sobre a os antigos domínios dos ervais no Paraguai, através da historiografia que: "um dos traços mais característicos da colonização espanhola na América observou Uacury Bastos[22], foi o a grande concentração de grandes contingentes indígenas em núcleos de povoamento".

[21] "As concessões feitas à Companhia Matte Larangeira atingem em cheio o território dos Kaiowá e Guarani. Embora a mão-de-obra amplamente predominante nos ervais tenha sido a paraguaia, ocorreu, em várias regiões, o significativo engajamento de índios Kaiowá e Guarani na exploração da erva mate, em especial nos trabalhos relacionados à colheita e ao preparo da erva-mate". Fonte: Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Consultado em 28 de novembro de 2019.

[22] Fonte: http://www.ieb.usp.br/uacury-ribeiro-de-assis-bastos/ Acesso 28 de novembro de 2019.

As duas coroas, buscavam o extrativismo, através da exploração massiva, a principal mão de obra no início foi dos nativos de cada região. Politicamente correto, a resposta neutra, com aspas que na realidade subliminar, demonstram que na verdade, a sombra da guerra permanece sobre a região, "Na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero conseguimos viver "harmonicamente" numa convenção velada de dependência".

Paraguaios e brasileiros se unindo em prol de trabalho, família, sociedade em geral. "Na língua fronteiriça se fala o "portunhol", onde os fronteiriços misturam o português e o espanhol (que na realidade é castelhano) a fim de se comunicarem". Uma troca de gentileza, pois o comercio paraguaio, tem em sua força econômica o turismo de compra, e na atualidade com um grande numero de universidades de medicina em Pedro Juan Caballero, a maior procura é de brasileiros, que vem em busca do sonho de se formar médico, por desconhecerem a guerra, não entram em confronto com a cultura histórica paraguaia, em contra partida a população fronteiriça acolhe estes estudantes, que se tornam uma fonte rentável a economia local paraguaia.

A grande migração, que ocorre anualmente proporciona uma troca cultural, em resposta ao questionário, este fato foi abordado: "A gastronomia também se mistura. O uso de produtos alimentícios como milho e mandioca, está muito presente, até os dias de hoje, além da erva-mate, a qual foi o principal motivo para o surgimento da cidade de Ponta Porã e mesmo não sendo cidades com maior produção na região, demonstra sua forte influência". A grande miscigenação que ocorre principalmente na faixa de fronteira, viabiliza o intercambio cultural e gastronômico, que pode ser um gerador de renda aproveitando o potencial turístico a ser criado com uma abordagem dos eventos ocorridos na região.

Que guerra foi essa? Que tinha como intenção a conquista territorial, que favoreceu toda uma elite de ervateiros, que surgiram, após o conflito, subjugando, e escravizando o que restou da população nativa paraguaia, aprisionadas ao sistema de endividamento, criado para beneficiar, as grandes corporações extrativistas de erva mate que, fixaram suas atividades na região no século XIX e XX. O monopólio oligárquico que seguiu, impediu que o desenvolvimento econômico da região, os migrantes e imigrantes, que trabalhavam ou produziam erva mate, obrigatoriamente revendiam a grande companhia ervateira. A guerra trouxe destruição para ambos os países, Brasil e Paraguai, principalmente na região de fronteira, longe de ser lembrada, com o termino da guerra, qual o proposito, o que ganhamos, além de dividas perpetuas, principalmente econômico e sócio cultural.

2.6. Considerações finais sobre o segundo ensaio

A partir dessa análise textual, mediante as respostas dos entrevistados, sobre os impactos que a guerra gerou, atrelada, com a historiografia do evento, que, são decorrentes das publicações posteriores aos fatos, os relatos, dentro da história oral, produzem narrativas dos participantes do conflito, repassados para os seus descendentes, sucessivamente, retrata que a população sobrevivente, permaneceu nas áreas do conflito, após o termino da guerra, se reorganizou, para reestruturar as cidades, pois essas sofreram com os resultados decorrentes da Guerra Guaçu, principalmente, da região de fronteira, as perdas foram incalculáveis, em termos sociais, ambientais e econômicos.

Quanto às causas ambientais é preciso esclarecer, que nesta época, dentro da evolução histórica da Sul-americana, a revolução industrial estava em fase inicial, mínima se comparado a outras nações, as matas da região da província do Grande Mato Grosso, estavam praticamente

intocadas, com alguns pontos explorados dos ervais, nativos, no decorrer da Guerra Guaçu, pouco impacto causou na área das riquezas naturais, pois a área onde ela ocorreu era formada basicamente por pântanos, planícies e planaltos, os impactos ambientais, são danos causados ao meio ambiente por ações antrópicas, não havia, nesta época material, bélico capaz de causar danos para o meio ambiente, estes danos foram causados no pós- guerra.

Com a grande mortalidade da população masculina, nos campos de batalha, restou à população paraguaia remanescente, reiniciar seu povoamento, a imigração no pós-guerra, contribuiu, para esta nova etapa da história: brasileiros, uruguaios e argentinos foram os primeiros a se fixaram, em terras Paraguaias, com o termino do conflito, com a vinda de europeus[23], inicia-se um novo ciclo exploratório e de povoamento, com formação de grandes latifúndios.

Segundo Bergmann (1994) em sua pesquisa, sobre a imigração no Paraguai, afirmou que: "algo diferente ocorreu com o Paraguai". Seguindo sua analogia, dentro do contexto da guerra, depois de ser travada, uma batalha de cinco anos, entre as tropas paraguaias e da Tríplice Aliança, que o governo paraguaio, começa a se organizar dentro do seu novo demarcado país, e percebendo a necessidade, de reconstrução do Paraguai, partindo da mão de obra, algo que era inexistente. No pós-guerra, tem inicio a política diplomática, apoiada por outras nações, com objetivo de atrair imigrantes europeus para o Paraguai, que na questão territorial, perdeu uma vasta área, sendo esta anexada ao império do Brasil e para Argentina, dando à sequência a nova demarcação de limites de fronteiras, uma ação, realizada pela comissão mista de limites, assim, uma parte

[23] A iniciativa de suprir a demanda por mão-de-obra europeia e povoar com ela espaços vazios era muito comum na cena política de vários países americanos, desde o início do século XIX. Fonte:http://snh2013.anpuh.org/resources/anpuhpr/anais/ixencontro/comunicacaoindividual/WilsonMaske.htm. Acesso 06 de dezembro de 2019.

das riquezas naturais paraguaias, como os ervais nativos, minerais, rios e afluentes deixou de ser de sua propriedade.

A perda territorial de acordo com as analises, impactou e contribuiu para o retrocesso, pois com estas riquezas perdidas, se hoje fosse incorporada a tecnologia de melhoramento, genético, utilizando as vastas pastagens, que foram anexadas ao império do Brasil e Argentina, para a inovação do sistema produtivo, com foco no agronegócio, que vem impulsionando a economia do país, acompanhado de uma lógica de sustentabilidade, o Paraguai teria a capacidade de ampliar o crescimento e desenvolvimento socioeconômico, embora ainda esteja preso ao sistema mercadológico, globalizado, que impede, dificultando o seu progresso, para manter, como fonte de commodities na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) do modelo capitalista vigente. Nitidamente as ranhuras fixadas na cultura da região de fronteira, devido aos fatos históricos narrados ao longo dos anos, 150 anos do fim do conflito, não foram suficientes para apaziguar as amarguras do conflito, que segue de forma velada, sem hostilidades, somente embates teóricos sobre a Guerra Guaçu, mas as marcas do passado permanecem latentes no povo paraguaio em especial na região de fronteira, o qual foi o palco do início e fim do conflito bélico sul-americano.

2.7. Referências bibliográficas do segundo ensaio

ALVES Gilberto Luiz, CENTENO Carla Villamaina. **A Guerra da Tríplice Aliança nos Manuais Didáticos Brasileiros do Século XIX1**. Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 1, n. 2, p. 45-68. 2009.

ARENDT. Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Mary McCarthy West Published by arrangement with Harcourt Brace Jovanovich, Inc. Título original: The origins of totalitarianism. 1979.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Lisboa: Relógio D"água, 2001.

AREND, Marcelo; CARIO, Silvio Antonio Ferraz; ENDERLE, Rogério A. . Instituições, inovações e desenvolvimento econômico, **Pesquisa & Debate**, volume 23, número 1 (41) pp. 110-133, 2012.

ARMSTRONG. Rodrigo Penteado. **O Pomo da Discórdia**. A Colônia de Santíssimo Sacramento e a Rivalidade entre Portugal e Espanha no Sistema Interestatal do Século XVIII. Rio de Janero 2014

BERGMANN, Günther J. **Auslandsdeutsche in Paraguay, Brasilien und Argentinien**. Bonn: Westkreuz, 1994.

BIANCHINI, Odalea da Conceição Deniz. **A Companhia Mate Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1980-1940)**. RJ, UFF/RJ, 1994

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: ___. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Difel / Lisboa, 1989.
BRAND, A. OsKaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Consultado em 28 de novembro de 2019.

CALONGA, Maurilio Dantielly. **A** Marcha para o oeste e os intelectuais em mato grosso: politica e identidade. **Revista Espaço Acadêmico**, n˚ 168. Maio 2015

CASTILLO, Ricard.e FREDERICO, Samuel. Espaço Geográfico, produção e Movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22(3), p.461 a 474, 2010.

CAVALCANTI, Carolina Miranda**.** Papel do capitl social e das instituições no desenvolvimento econômico. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em debate**, v.3 n.1 (2017)

CHIAVENATO, Júlio José. **Genocídio americano: a guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COSTA, Judith Martins. Reflexões sobre o princípio da função social dos contratos. **Revista Direito GV**. V. 1 N. 1 | P. 041 – 066. Maio 2005

DERROSSO, Giuliano e CURY, Mauro J. Elementos de uma identidade territorial: um estudo de caso na cidade de Foz do Iguaçu-PR. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 41, v.1, p. 65-85, jan./jun., 2019.

DORATIOTTO. Francisco Monteoliva. **Maldita Guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. Companhia da Letras, São Paulo, 2002.

FREIRE, Paulo Cezar Vargas. **História dos Antigos Domínios dos Ervais no Paraguai (1538-1811).** Campo Grande MS, IHGMS – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2014

FURLANETTO. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. **16**, número suplementar, p. 55-67, ago. 2008.

GARCIA, Gabriel Ignácio. **A Guerra do Paraguai em diferentes interpretações**. Cadernos de Clio, Curitiba, n.º 5, 2014/15.

GEHLEN, Ivaldo; RIELLA, Alberto. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável Sociologias. **Dossiê sociologias.** Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 20-26

GREGORY, Valdir. Fronteiras e territórios: conquistas e explorações nos sertões do Mato Grosso e do Paraná. **Perspectiva**. UNIOESTE V.6, N.7 2011

MAESTRI, Mário. Tasso Fragoso e a Guerra da Tríplice Aliança. História e ideologia. **O Olho da História**, n. 18, Salvador (BA), julho de 2012.

MAGALHÃES, Luiz Alfredo Marques. **Retratos de uma época. Os Mendes Gonçalves a Cia. Matte Laranjeira.** Ponta Porã/Campo Grande Mato Grosso do Sul. 2014.

MATTEDI, Cécile Raud. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **RBCS** Vol. 20 nº. 57 fevereiro/2005.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A guerra é nossa:** a Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai. São Paulo: Editora Contexto. 2012

MONDARDO, Marcos Leandro. Ser paraguaio no Mato

Grosso do Sul: da migração à construção de uma identidade. **Trans-fronteiriça.** Volume 15 – Número 21– Jan/Jun 2013 – pp. 69-91

MOREIRA, D. L. Dos. **Espaços "vazios" ao processo de colonização particular: uma breve história do processo de ocupação do sul de mato grosso, atual mato grosso do sul.** Disponível em: http://www.finan.com.br/pitagoras/downloads/numero3/dos-espacos- vaziosao-processo.pdf

NASCIMENTO, Valdir Aragão do Fronteiriço. **Brasileiro, Paraguaio ou Brasiguaio?** Denominações Identitárias na Fronteira Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, MS, Brasil. DOI: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2014v16n1p105

OLIVEIRA. Benícia Couto de. **Histórias que (re) contam história : análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul.** Dourados: Ed. UFGD, 2013.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle. **Educação na fronteira: o caso de Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (PY)**. ISSN 2448-1165. Campo Grande-MS Vol. 18 No. 36. 2014 pgs. 93 a 106 97

PASTORE, José. **O papel das Instituições no desenvolvimento**. Rev. Econ. Sociol. Rural countryside, v.40 no. 3 Brasília 2002.

PUTNAM, Robert**. Bowling alone: the collapse and revival of American community**. New York: Simon & Schuster, 1993.

PONDÉ, João Luiz. **Nova Economia Institucional**. V1. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

REIS, Elpídio. **Ponta Porã Polca Churrasco e Chimarrão**. Folha Carioca Editora LTDA. Rio de Janeiro. R.J. 1981.

SANTOS, Lúcia De Moura. O território federal de Ponta Porã – 1943- 1946. **XIII Encontro Regional de História**. História e Democracia: possibilidade do saber Histórico. Coxim MS. 8 a 11 de Novembro de2016

SIGNORI. Júlio Miragaya e Leandro. **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. A Importância da Política Nacional de

Ordenamento Territorial (PNOT) para o Desenvolvimento Sustentável Brasileiro. 1ª Edição. Brasília Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / FAU-UnB 2011.

SILVA Walter Guedes da. Controle e domínio territorial no sul do estado de Mato Grosso: uma análise da atuação da Cia Matte Larangeira no período de 1883 a 1937. **Agrária**, São Paulo, No. 15, pp. 102- 125, 2011

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos**. São Paulo: Martins. 2014

CONCLUSÃO

No discorrer da pesquisa percebem-se dentro da historiografia que faz um estudo da escrita da história sobre os eventos do passado, e como estes foram registrados por meio das bibliografias existentes, para visualizar quais as transformações e suas influências nos eventos decorridos em determinado período histórico.

Buscou através desta pesquisa em forma de reflexões e analises trazer evidências historiográficas a partir do primeiro ensaio, no qual se observa que a Guerra Guaçu foi interpretada por três correntes ao longo da história, algo que teve seu início no pós-guerra no século XIX com a corrente historiográfica tradicional, salientando o heroísmo da Tríplice Aliança com destaque ao império do Brasil[54] contra o tirano paraguaio.

A historiografia seguiu ufanismo descontruindo e construindo mitos e heróis estrangeiros e nacionais, ocultando fatos sobre os interesses territoriais sobre o domínio da política interna, externa e mercadológico motivadores do conflito sul-americano, esta corrente se manteve forte mesmo após a queda da monarquia e o início da República no final do século XIX se estendendo até meados do século XX.

Na década de 1960 inicia-se a nova corrente historiográfica denominada de **Revisionista** que neste período conturbado da história da América Latina produz um novo viés sobre a Guerra, com uma narrativa peculiar, que no período de isolamento econômico e político após sua independência em 1811 o Paraguai buscou se modernizar industrialmente se afastando de grandes capitais como o britânico, por meio desta expansão socioeconômica o Paraguai teria alcançado uma infraestrutura que incomodava as outras nações.

O revisionismo seguia sua historiografia partindo da afirmação realizada por alguns autores que a causa da "Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança" seria por interesses do imperialismo britânico, que tinha como objetivo destruir o crescimento econômico do Paraguai e consequentemente seu desenvolvimento, esta corrente se tornou muito popular até meados dos anos 1990. Inicialmente muito popular esse revisionismo histórico recebe críticas na atualidade, pois tem um viés ideológico latente e no meio acadêmico as críticas partem por ausência de comprovação por meio de documentos as teorias abordadas por essa corrente historiográfica.

A partir da década de 1990, surgiu uma nova corrente a dos pesquisadores **neo- revisionistas** ou da **nova história**, buscando atualizar as informações sobre a guerra com fontes recém-adquiridas e relevantes para solucionar a problemática de ausência de informações abordadas na historiografia **tradicional** e de documentos na historiografia **revisionista**.

Segundo a historiografia **neo-revisionista** existente em seu arranjo textual indica que a guerra teria se constituído por meio das contradições na região platina e da consolidação das nações da Banda Oriental na constituição independente dos Estados Nacionais dentro desta região.

Esta nova história destaca a relevância da guerra do Paraguai nos estudos históricos, para compreender os motivos internos e externos que envolveram as quatro nações mobilizando um grande contingente de soldados ocasionando milhares de perdas de homens algo que influenciou no desenvolvimento na política e economia principalmente no Paraguai que a nação que teve o maior número de perdas humanas e territoriais. As pesquisas publicações que Salles e Doratioto apresentam, são as mais aceitas nos meios acadêmicos acompanhadas de teses de outros pesquisadores desta nova corrente historiográfica, por

terem bases documentais com analises e suas metodologias sobre as problemáticas que culminaram no conflito.

Seguindo a transcrição pertinente no primeiro ensaio foi realizada a interpretação de dois tratados de Madri e Santo Ildefonso, que foram os motivadores de desavenças entre a cora Portuguesa e Espanhola no século XVIII e XIX sobre os limites e domínios de território anterior e após a independência das nações do Plata principalmente a do Paraguai 1811 que a Argentina não reconhecia por questões territoriais e políticas na Banda Oriental.

Observou-se que o conflito se construía anos antes com tratados acordos e desacordos, que posse de grandes regiões localizada na Província de Mato Grosso e ao sul os campos neutrais ocupadas por Portugueses e posteriormente pelo império do Brasil pertencia a Espanha continuando após a independência do Paraguai, sendo este território anexado em definitivo pelo império do Brasil após a Guerra Guaçu evidenciado por meio da cartografia no corpo da pesquisa.

De acordo com a historiografia existente percebesse que a coroa britânica não observava vantagem no conflito, mas por se tratar de uma nação com sistema político parlamentarista, subintende que as articulações políticas envolvendo questões econômicas das grandes corporações inglesas estas exerceram influência no desenrolar da Guerra, pois havia à intenção de adesões por meio de parcerias comerciais no continente sul-americano.

Ao final do conflito os interesses que partiram de uma disputa entre dois impérios ibéricos Portugal e Espanha desde o descobrimento do **Novo Mundo** foram consolidados, pois o império do Brasil conquistou a soberania territorial, domínio nas navegações e rios Platinos com apoio do Uruguai e a derrota do Paraguai, obteve influência socioeconômica e política na América do Sul ofuscando os interesses do seu principal aliado Argentina.

A polêmica da Guerra Guaçu não tem prazo para se encerrar, mas dentro dos arranjos historiográficos, conduz analogicamente o discernimento por meio de reflexão sobre como foi tratado viés que cada corrente historiográfica seguiu e dentro de sua conduta quais grupos cada corrente beneficiaria com sua narrativa, uma nação desacompanhada combatendo três nações sendo uma delas um gigante continental da américa do Sul, os bravos e numerosos paraguaios grandiosos lutando heroicamente defendendo seu território, mas no final derrotados pela ações militares do exército brasileiro sob o comando magistral de Duque de Caxias, enredos que ultrapassam os séculos que transcendem gerações deixando feridas abertas longe de cicatrizarem e promovendo debates nos meios acadêmicos, entre os nativos ascendentes e moradores da região de fronteira de Ponta Porã BR e Pedro Juan Caballero PY.

Para tentar compreender essa mácula ainda existente e evidenciada na região de fronteira, foi necessário realizar dentro do estudo histórico sobe a Guerra Guaçu, uma pesquisa de campo através de um questionário aplicado aos educadores da região local principalmente das cidades gêmeas que fazem fronteira seca entre os dois países.

Através das respostas por meio de questionário impresso e google.doc, pode se evidenciar que mesmo após 150 anos do fim do conflito, persiste magoas decorrente do pós- guerra principalmente na região de fronteira de Ponta Porã BR e Pedro Juan Caballero PY. Que ultrapassam gerações influenciadas por um processo sociocultural histórico por meio das várias instituições privadas e publicas que ao longo das décadas instalaram-se nas duas cidades. Desta forma moldando a identidade cultural exercendo influencia na politica local alterando as dinâmicas territoriais.

O Brasil seguiu sua construção historiográfica por meio das diversas bibliografias que surgiram no

pós-guerra Guaçu sobre os fatos considerados mais importantes para os aliados, utilizando o eufemismo em sua narrativa enaltecendo heróis e desbravadores vitoriosos que lutaram em conjunto na formação da Tríplice Aliança contra um ditador tirano sul-americano. No lado paraguaio as questões historiográficas são tratadas além dos muros acadêmicos faz parte do crescimento sócio histórico e cultural do país o seu líder do passado é um herói nacional, sua bravura inspira seu povo principalmente da região de fronteira. A construção histórica da Guerra Guaçu veio por meio de poemas trágicos cantados nas músicas regionais e registrados nas narrativas de sobreviventes e documentos de época.

Duas cidades separadas por meio de uma linha invisível, demarcando uma fronteira entre duas nações, que seguem com visões diferentes sobre a Guerra Guaçu, com magoas antigas que não foram totalmente esquecidas, emoções e particularidades que podem contribuir para se materializar a linha imaginaria que divide estas duas cidades históricas com cicatrizes profundas reminiscente de um passado que ainda se faz presente na cultura local.

Informações do Livro

Livro com Orelha 6 cm

Papel da Capa: Duo Design (Papel Cartão) 250g

Acabamento da Capa: Laminação Brilho

Tamanho do Livro: 14x21

Quantidade: 30 exemplares

Lados da Impressão da Capa: frente

Papel do Miolo: Pólen 80g

Impressão do miolo: P&B e colorido

Páginas: 117